

Quando Dizer é Morrer*: Um Estudo do Discurso Político do Presidente da República e o Aumento das Mortes por Covid-19 no Brasil

Jorge Viana de Moraes

Universidade de São Paulo, Letras Clássicas e Vernáculas, São Paulo, SP, Brasil

 jorgevianademoraes@usp.br

 <https://orcid.org/0000-0001-9096-7079>

 <https://doi.org/10.47734/lm.v18i31.2090>

 Publicado em acesso aberto sob uma licença [Creative Commons](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/) 

Resumo

Busca-se demonstrar a relação direta entre o discurso do Presidente da República, Jair Bolsonaro, durante a crise da 1ª onda da pandemia de COVID-19 em 2020 no Brasil e o aumento no número de casos e mortes no mesmo período. Observou-se que as declarações do governante em conjunto com suas atitudes/ações, sustentando um discurso de negação com relação à crise e ao correto enfrentamento do vírus SARS-CoV-2, *incentivou parte da população à exposição ao vírus e, conseqüentemente, à infecção e ao desdobramento de um quadro grave da doença, que levou muitos fatalmente à morte.* Teoricamente, o trabalho vincula-se aos Estudos do Discurso (van Dijk, 2001, 2017, 2020; Charaudeau, 2006, 2009; Authier-Revuz, 1998; Bolinger, 1989), às Teorias dos atos de fala, (Austin, 1990; Searle, 1981; Ducrot, 1987, 1989;) e à Teoria do agir comunicativo (Habermas, 2012). Metodologicamente expõem-se e analisam-se os discursos da autoridade governamental, cruzando-os com os dados e informações oficiais e científicas de mortes no mesmo período, divulgados pelo Ministério da Saúde (Brasil 2021) e demonstrado por Candido et al. (2020). A problemática, objeto da pesquisa, está demarcada pela seguinte questão a que nos propomos responder ao longo de todo o trabalho: é possível a linguagem de um sujeito no campo político, mediante seus atos de fala – isto é, seus discursos –, ser responsável pela influência de ações danosas a uma população inteira na esfera pública? Os resultados apontam para a verificação inicial de que sim. E neste caso específico, o aumento no número de mortes por Covid-19 está diretamente relacionado com a fala da autoridade governamental no período verificado.

Palavras-chave: COVID-19, discurso político, mortes, estudos do discurso

* Para sermos mais exatos, o título deste artigo deveria ser: “Quando dizer é matar”. Entretanto, por ser um decalque do título da tradução para o português da famosa obra “Quando dizer é fazer”, de John Langshaw Austin, filósofo da linguagem britânico que desenvolveu uma grande parte da atual teoria dos atos de fala, optamos por manter a proximidade sonora em detrimento do sentido que aqui agora é esclarecido.

**How to Do Deaths with Words: A Study of Political Discourse
of the President of the Republic and The Increase
of Deaths by Covid-19 in Brazil**

Abstract

The study aims to demonstrate the direct relationship that exists between the speech of the President of the Republic of Brazil, Jair Bolsonaro, during the crisis of the 1st wave of the pandemic of COVID-19 in 2020 and the increase in the number of cases and deaths during the same period in the country. It was observed that the government's statements together with his attitudes/actions, sustaining a discourse of denial regarding the crisis and the correct confrontation of the SARS-CoV-2 virus, encouraged part of the population to be exposed to the virus and, consequently, to infection and the unfolding of a serious picture of the disease, which fatally led many to death. Theoretically, the work is linked to Discourse Studies (van Dijk, 2001, 2017, 2020; Charaudeau, 2006, 2009; Authier-Revuz, 1998; Bolinger, 1989), to Speech Act Theories (Austin, 1990; Searle, 1981; Ducrot, 1987, 1989;) and the Theory of Communicative Action (Habermas, 2012). Methodologically, the speeches of the government authority are exposed and analyzed, crossing them with official and scientific data and information on deaths in the same period, released by the Ministry of Health (Brasil 2021) and demonstrated by Candido et al. (2020). The problem, object of the research, is demarcated by the following question that we propose to answer throughout the work: is it possible for the language of a subject in the political field, through his speech acts - that is, his discourses/ speeches -, to be responsible by the influence of harmful actions to an entire population in the public sphere? The results point to the initial verification that yes. And in this specific case, the increase in the number of deaths from Covid-19 is directly related to the speech of the government authority in the period verified.

Keywords: COVID-19, political discourse, deaths, discourse studies

Recebido em 03/07/2022

Aceito em 20/08/2022

Publicado em 25/11/2022

*“The pandemic confronts us with immensely
challenging trade-offs between health, economic output,
hospital capacity, and personal liberties.*

*We need multidisciplinary approaches to give
effective policy guidance on how to control pandemics”*

Dr Katharina Hauck - Imperial College London

“Stay Home, Protect the NHS, Save Lives”

Lema das autoridades inglesas no combate à pandemia da COVID-19

“Chega de frescura e mimimi. Vão ficar chorando até quando?”

Jair Bolsonaro, Presidente da República do Brasil

*“Ainda bem que a natureza, contra a vontade humana,
criou esse monstro chamado coronavírus”*

Ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva

“A morte e a vida estão no poder da língua”

Provérbios 18:21

A Dionísio Ferreira Batista, meu querido tio,
vítima da Covid-19, como outros 671 mil brasileiros,
até o presente momento, em que escrevo
este triste, mas necessário artigo.

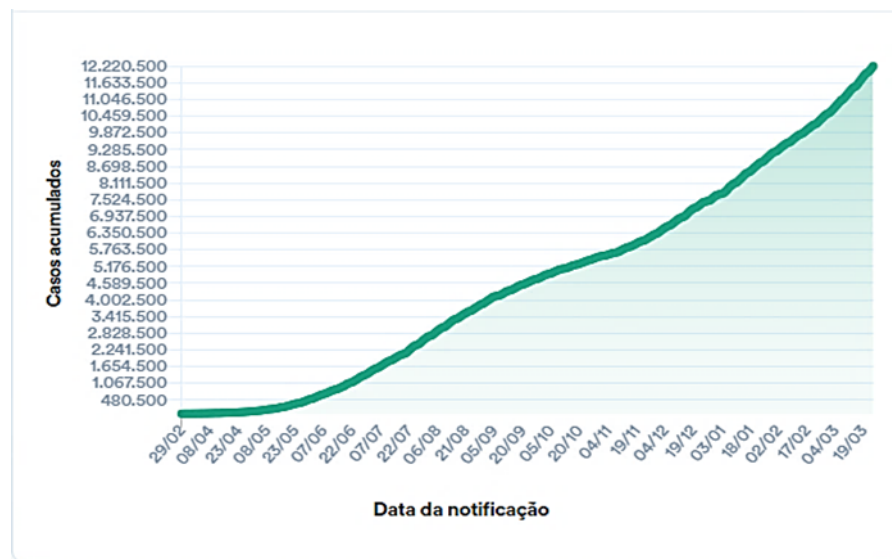
Introdução

A doença Covid-19 causada pelo novo coronavírus (**SARS-CoV-2**) foi declarada em 30 de janeiro de 2020 pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ES-Pii), e em 3 de fevereiro de 2020 pelo Ministério da Saúde (MS) do Brasil como Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN)¹⁻² (Leandro et al., 2020). No Brasil, até 24 de março de 2021, foram registrados cerca de 12.220.011 (12 milhões) de casos de Covid-19 e 300.685 (300 mil) óbitos causados pelo SARS-CoV-2, com 2,5 % de taxa de letalidade, conforme dados do **Painel Coronavírus**, publicados pelo Ministério da Saúde (Brasil, Ministério da Saúde, 2021).

O gráfico 1, a seguir, apresenta a evolução dos casos de COVID-19 acumulados desde fevereiro de 2020 até 19 de março de 2021:

Gráfico 1

Casos acumulados de COVID-19 por data de notificação

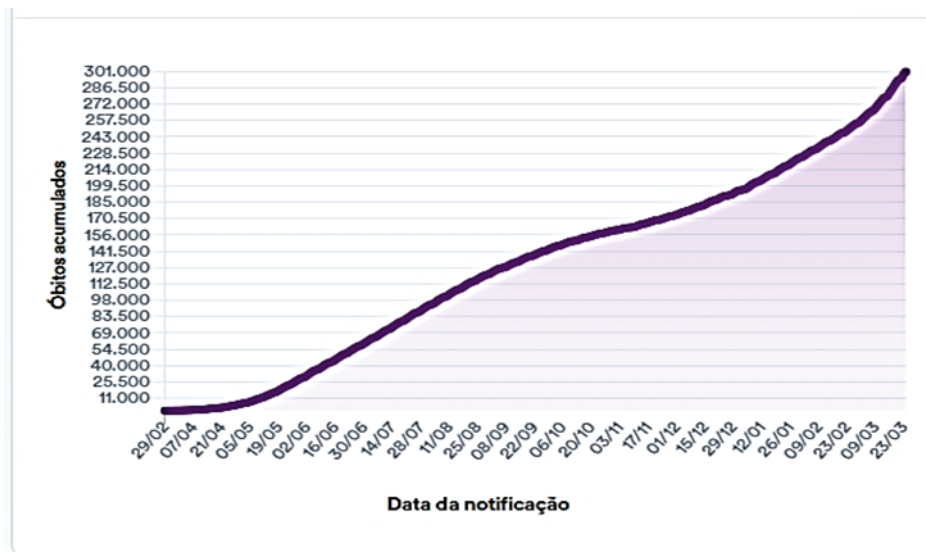


Fonte: Painel Coronavírus, Ministério da Saúde, Brasil (2021)

Já o gráfico 2, abaixo, apresenta o número de óbitos acumulados por COVID-19, desde fevereiro de 2020 até 23 de março de 2021, que é o período aqui estudado:

Gráfico 2

Óbitos acumulados de COVID-19 por data de notificação



Fonte: Painel Coronavírus, Ministério da Saúde, Brasil (2021).

A alta infectividade da Covid-19 desfechou num elevado e concentrado número de infectados. Sua característica de crescimento exponencial acabou resultando em elevadas demandas nos serviços de saúde e, conseqüentemente, na ocorrência de óbitos direta e indiretamente associados (Camara et al., 2020; Leandro et al., 2020). Nesta conjuntura, as intervenções não-farmacológicas (INFs)¹⁹ de Saúde Pública, medidas utilizadas para mitigação e redução do impacto das epidemias e pandemias na população, foram aventadas e implantadas pelas diversas autoridades sanitárias e políticas ao redor do mundo. Dentre as INFs estão as barreiras sanitárias; pausas sanitárias; o correto uso de máscara facial; o uso de álcool em gel para assepsia das mãos e higienização de superfícies e objetos, e o distanciamento social; e, em casos extremos, o *Lockdown*. Condicionada à situação de elevada gravidade sanitária, as INFs foram, à época, recomendadas como estratégias para mitigação da transmissão comunitária, visto a celeridade de propagação do vírus SARS-CoV-2 através da transmissão pessoa-pessoa (Leandro et al., 2020; Camara et al. 2020).

Contrárias a tais medidas de INFs e mantendo um discurso de negação à crise do **coronavírus**, as declarações do Presidente da República, Jair Messias Bolsonaro, abriram outro espaço de crise, neste caso político, ao manter o debate e tensionamento, até as últimas conseqüências, contra outras autoridades governamentais e Instituições da República (Governadores, Prefeitos, STF, Senado, Câmara dos Deputados).

¹⁹ De acordo com Leandro et al. (2020), as **intervenções não farmacológicas** são medidas de Saúde Pública que visam reduzir a transmissão de determinada doença.

Um aspecto importante neste estudo é o fato de nele buscar-se cruzar informações, dados e fundamentação teórica de dois campos distintos das ciências: de um lado, o das **ciências da linguagem**; e de outro, o das **ciências médicas e biológicas (epidemiológicas)**. Por um lado, isso mostra que as ciências não são tão dicotômicas, quanto o senso comum, ou mesmo, certas epistemologias, nos fazem parecer crer; e, por outro lado, adicionalmente, mostra que do ponto de vista científico, as Ciências da Linguagem também podem contribuir, com auxílio da análise, para a compreensão não apenas sociológica, mas sobretudo linguístico-discursiva, dos discursos²⁰, e, neste caso específico, do discurso de autoridade pública na sua relação com o avanço da COVID-19 em nosso país. O que significa dizer que o conhecimento produzido pela Área de Humanidades também desempenha papel relevante no contexto científico, acadêmico e universitário em nosso país.

Neste contexto, a partir do cruzamento de dados disponíveis nos estudos de Camara et al. (2020), com equipe formada predominantemente por pesquisadores de universidades brasileiras e britânicas (Universidade de São Paulo e Universidade de Oxford, dentre outras), bem como a partir dos dados oficiais do Ministério da Saúde (Brasil, 2021), buscou-se verificar se as declarações do governante (**o discurso político**), e o conjunto de suas atitudes²¹, sustentando o discurso de negação e descaso com relação à crise e ao correto enfrentamento do vírus SARS-CoV-2, (este sim, baseado em evidências científicas), contribuíram ou não para a disseminação epidêmica do SARS-CoV-2 no Brasil, no período analisado (entre fevereiro e abril de 2020). A problemática, objeto da pesquisa, portanto, está demarcada pela seguinte questão a que nos propomos responder ao longo de todo o trabalho: *é possível a linguagem de um sujeito no campo político, mediante seus atos de fala – isto é, seus discursos –, ser responsável pela influência de ações danosas a uma população inteira na esfera pública?*

Para responder a essa questão, observar os dados e chegar a uma resposta plausível ou razoável ao problema, o estudo está organizado da seguinte forma: em primeiro lugar, antes da apresentação e do cruzamento dos dados epidemiológicos com o discurso do presidente²², o estudo, fundamentado nos estudos do discurso (cf. Van Dijk, 2020[2008]), mostrará, no período acima delimitado, inicialmente uma análise linguística e discursiva, em alguns níveis ou através de

²⁰ Este estudo se afasta das concepções da AD de linha francesa por esta entender que as “declarações”, as “falas” não são propriamente “o discurso”. Para essa corrente teórico-metodológica, as “declarações”, as “falas” são a materialidade do discurso. Nossa utilização, neste sentido, não está alinhada com a característica anti-empirista da AD. Mesmo assim, traremos a contribuição pontual de alguns autores dessa corrente, quando falarmos, por exemplo, de *memória discursiva e interdiscurso*.

²¹ Ainda que não seja escopo da maioria dos estudos do discurso, como o da AD de linha francesa, por exemplo, é inegável que não se pode ignorar, ou mesmo separar o discurso de certas posturas e ou atitudes, que muitas vezes são a concretização desses mesmos discursos em certas pessoas. Conforme argumentaremos mais adiante, fundamentado na Teoria dos Atos de Fala (Austin 1990): “dizer é fazer”; e em van Dijk (2001, 2020 [2008]): “o discurso é uma forma de ação social”.

²² Embora o discurso seja o político, enquanto as falas do presidente são a materialidade do discurso político, não faremos, neste estudo, distinção entre um e outro. Para nós, eles são sinônimos.

diversas dimensões (léxica, morfológica, sintática, semântica, atos de fala, conversacional/interacional) das declarações do político brasileiro no contexto pandêmico.

Tal relação é necessária porque partimos do pressuposto segundo o qual a estrutura gramatical/ linguística é condicionada pelas intenções discursivas do enunciador. Ou, se quisermos dizer de modo invertido, a manifestação do discurso (por um determinado sujeito) aciona certas estruturas linguísticas e, ao mesmo tempo, faz pressão sobre essas mesmas estruturas com o intuito de direcioná-las para um determinado *efeito de sentido* que o sujeito pretende imprimir ao enunciar.

Referencial Teórico

Discurso, reprodução de poder social e usos ilegítimos do poder

Como van Dijk (2017, p. 166), “para evitar o excesso de jargão e a confusão terminológica”, neste ensaio, usaremos “simplesmente o termo ‘discurso’ para qualquer forma de língua manifestada como texto (escrito) ou fala-em-interação (falado), num sentido semiótico amplo”. Assim, “‘discurso’ é aqui entendido para significar somente um evento comunicativo específico, em geral, e uma forma oral ou escrita de interação verbal ou uso da língua, em particular” (van Dijk, 2020 [2008], p. 135). Assumimos também com o mesmo Van Dijk (2011, p. 353; 2020 [2008], p. 115) que “o discurso é uma forma de ação social”, e, ao mesmo tempo, que “as relações de poder são discursivas”.

Compreende-se ainda as ações discursivas como eventos comunicacionais complexos, onde se reproduzem as relações de poder e de regulação social, representadas na situação interacional através de seu contexto ou ainda nas próprias estruturas do texto e da fala (Van Dijk, 2011, 2020 [2008]).

No estudo em tela, conforme iremos analisar mais adiante, podemos dizer, que isso se aplica bem às falas, aos pronunciamentos e às situações interacionais de Jair Messias Bolsonaro, enquanto Presidente da República Federativa do Brasil, e, a partir da ocupação deste lugar por ele, e da reprodução das *relações de poder* e de *regulação social*, seja por meio da expectativa que se tem de seus gestos, como *atos e poder simbólicos*²³, enfim, de certas atitudes e falas que se esperam dele como presidente, seja como aquilo que ele está ou não autorizado a fazer e a dizer, enquanto a pessoa que ocupa nas nossas *representações*

²³ Conforme demonstra van Dijk (2020 [2008], p. 23), “o poder simbólico pode ser derivado de outros tipos de poder. Assim, políticos têm acesso ao discurso público devido ao seu poder político [...]. Se o poder é definido em termos de controle de (membros de) um grupo sobre outros, então tais formas de poder político [...] realmente se tornam efetivas e fornecem acesso especial aos meios da produção discursiva e, portanto, ao gerenciamento das mentes do público”.

essa função ou *lugar social*. Seja como for, estamos interessados na análise crítica do abuso de poder político e, mais especificamente, na *dominação*, que “cobre igualmente os vários tipos de *abuso de poder comunicativo*” (van Dijk, 2020[2008], p. 28) cometidos pelo presidente, tais como: a manipulação, a doutrinação, mas neste caso específico, a desinformação. Isso porque no âmbito do trabalho aqui proposto, o de analisar criticamente os discursos do presidente, essencialmente entendemos, ainda na esteira de van Dijk (op. cit.), poder *social* em termos de *controle*. Isto é, “de controle de um grupo sobre outros grupos e seus membros” (p. 17).

Tanto as atitudes (de não respeito às orientações das autoridades científicas e sanitárias) quanto os discursos do presidente (falas, pronunciamentos e interações não só de negação, mas também de enfrentamento do que foi orientado por essas mesmas autoridades), conforme veremos, resumem-se em ações comunicativas. Portanto, se as ações envolvidas são ações comunicativas, isto é, são o discurso, então podemos, de forma mais específica, tratar analiticamente do controle sobre o discurso e sobre as ações de outros, que é “uma das maneiras óbvias de como o discurso e o poder estão relacionados” (cf. van Dijk, 2020 [2008], p. 18]).

van Dijk (op. cit.) lembra ainda que o controle se aplica não só ao discurso como prática social, mas também às mentes daqueles que estão sendo controlados, isto é, aos seus conhecimentos, opiniões, atitudes, ideologias, como também às outras representações pessoais ou sociais. Essa ação controlada, segundo Van Dijk (2020 [2008]), pode de novo ser discursiva, de modo que o discurso poderoso, ou o discurso de quem detém o poder, possa, indiretamente, influenciar outros discursos – e atitudes, acrescentamos nós, porque neste estudo vinculamos os discursos aos atos de fala – que sejam compatíveis com o interesse desses que detém o poder. Para este estudo, tais considerações não poderiam ser mais do que verdadeiras, uma vez que partimos do pressuposto de que as declarações do presidente Jair Bolsonaro, em conjunto com suas atitudes/ações, buscando sustentar um discurso de negação e descaso com relação à crise e ao correto enfrentamento do coronavírus, *incentivou, influenciou parte da população à exposição ao vírus e, conseqüentemente, à infecção e ao desdobramento de um quadro grave da doença, que levou muitos fatalmente à morte.*

Deste modo, não nos esqueçamos de que estamos diante de um tipo determinado de discurso e de práxis: o discurso político e a práxis política, que não estão dissociados da linguagem. Para tanto, primeiramente, veremos como se dá a caracterização do discurso político, nessa relação com a práxis, partindo, especificamente, dos estudos de Charaudeau (2009). Passemos, então, a ele. Entretanto, mais adiante, abordaremos os aspectos relacionados à práxis e sua relação com o discurso, tendo também por referência, Austin (1990); Bolinger (1989); Arendt (2007) e Habermas (2012).

Características do Discurso Político

Mesmo admitindo que no mundo político, de maneira geral, o discurso aí manifestado está intimamente ligado ao poder e, por conseguinte, à manipulação (Charaudeau, 2009), abordar o discurso político não é uma tarefa fácil, porque ele está relacionado a um conjunto de fatos que pertencem, segundo Patrick Charaudeau, abalizado nas afirmações de Claude Le Fort, a ordens diferentes, mas que ao mesmo tempo se cruzam constantemente. O fenômeno político é complexo por resultar desses fatos. Eles são em número de quatro:

- *fatos políticos*, como atos e decisões que levantam a questão da autoridade e da legitimidade dos atores sociais;
- *fatos sociais*, como a organização das relações sociais, levantando a questão do lugar e das relações que se instauram entre elites e massas;
- *fatos jurídicos*, como o quadro que regula as condutas, levantando a questão da ação legisladora;
- *fatos morais*, como um espaço de pensamento sobre os sistemas de valores, levantando a questão da identidade dos regimes de governo para o bem dos povos (Charaudeau, 2006, p. 251).

É justamente o cruzamento entre os diferentes fatos acima descritos por Charaudeau (2006) que faz do discurso político, *ao contrário da maioria das outras formas de discurso, ser relevante para todos os cidadãos* (van Dijk, 2020 [2008]). E de que “seu poder advém tanto de sua abrangência quanto de seus vários graus de legitimidade” (van Dijk, 2020 [2008], p. 71). Para Charaudeau (2006), isso explica por que o fenômeno político é objeto de estudo de diferentes disciplinas, como as Ciências Políticas (fatos políticos), a Sociologia (fatos sociais), o Direito (fatos jurídicos), a Filosofia política (fatos morais). O que igualmente demonstra que “não há domínio reservado, exclusivo, para a análise do fenômeno político”. Impõe-se, assim, afirma o autor, uma interdisciplinaridade na abordagem, uma vez que há o cruzamento dessas dimensões.

De acordo com o autor, o discurso se situa no atravessamento de todas essas dimensões do fenômeno político: o que é “evidente para as dimensões moral e jurídica (a definição dos valores e das leis através e pela linguagem), mas também para as dimensões social e acional” (Charaudeau, 2006, p. 252). Nesse sentido, assumiremos com Charaudeau que “a linguagem se junta à ação no discurso político” e que essa junção tem incidência sobre “as diferentes estratégias discursivas que se desenvolvem nesse campo” (idem). Ao mesmo tempo que podemos afirmar com Van Dijk (2020 [2008]), conforme já ressaltamos mais acima, que o discurso é uma forma de ação social, e, do mesmo modo, dito de outra forma, que essas relações de poder são discursivas. Em uma só expressão: não há discurso fora da ação, ainda que, em alguns casos, se possa agir silenciosamente.

Discurso político: linguagem, ação e poder

Dentro do campo político, contrariamente à ideia que usualmente circula no imaginário social, que opõe a palavra à ação (seja na dissimulação, seja na eficácia), partiremos da hipótese, junto com Charaudeau (2006), “de que o discurso político (bem como todo tipo de discurso) *não tem sentido fora da ação, e que a ação busca, para o sujeito político (mas também para todo sujeito), o exercício de um poder*” (p. 253). Considerando essas afirmações e evocando as assertivas ponderações da filósofa Hanna Arendt em *A condição humana*, podemos dizer que

sem o discurso, a ação deixaria de ser ação, pois não haveria ator; e o ator, o agente do ato, só é possível se for, ao mesmo tempo, o autor das palavras. A ação que ele inicia é humanamente revelada através de palavras; e, embora o ato possa ser percebido em sua manifestação física bruta, sem acompanhamento verbal, só se torna relevante através da palavra falada na qual o autor se identifica, anuncia o que fez, faz e pretende fazer (Arendt 2007, p. 191).

Segundo Arendt (2007) o que está em jogo é o caráter de revelação, sem o qual a ação e o discurso perderiam toda relevância humana, de modo que não há exercício do poder no silêncio, antes é preciso dizer, falar, enunciar. Não é sem razão que Arendt, rememorando Platão, dirá que a *lexis* (o “discurso”) é mais fiel à verdade que a *praxis*. Neste estudo, como veremos, há uma comprovação bastante evidente, nas falas do presidente Jair Bolsonaro, dessa afirmação do fundador da Academia de Atenas.

Desse modo, é “na ação e no discurso, [que] os homens mostram quem são, revelam ativamente suas identidades pessoais e singulares, e assim apresentam-se ao mundo humano, enquanto suas identidades físicas são reveladas, sem qualquer atividade própria, na conformação singular do corpo e no som singular da voz” (Arendt 2007, p. 192). Por isso, neste estudo, consideram-se as declarações presidenciais não apenas enquanto fala vazia, dissociada do exercício do poder e do sujeito que as enuncia, mas antes, como o lugar da própria emanção do poder, ou mais precisamente, como na qualidade de discurso, ação e poder.

No que diz respeito a quem o discurso se direciona, não à toa, pode-se afirmar com Charaudeau que todo ato de linguagem:

- emana de um sujeito,
- esse sujeito só se define em sua relação com o outro, segundo um princípio de alteridade. Ele precisa do outro para existir (sem a existência do outro, não há consciência de si);

- trata-se de um sujeito quem em sua relação com o outro, não para de remeter esse outro a si mesmo, segundo um princípio de influência, para que esse outro pense, diga ou faça segundo sua própria intenção;
- mas é um sujeito que se confronta com o outro, pois esse outro tem seu próprio projeto de influência. Os dois são assim levados a gerir a relação segundo um princípio de regulação (para evitar o confronto corporal) (Charaudeau, 2006, p. 253).

Diante dessas diretrizes, é possível afirmar que todo ato de linguagem é um agir sobre o outro. Princípios de alteridade, de influência e de regulação são princípios fundadores do ato de linguagem que o inscrevem em um quadro acional (uma praxeologia). Entende-se com Charaudeau que todo ato de linguagem é agir sobre o outro, todavia, não se pode reduzi-lo a um simples fim de fazer *fazer*, de fazer *dizer* ou de fazer *pensar*. Sua finalidade (seu objetivo) é acompanhada de uma exigência, a saber: “a de ver a intenção ser seguida de um efeito”. Esta exigência, conforme Charaudeau, “completa a finalidade comunicacional por um objetivo de ação que consiste em colocar o outro em uma posição de obrigação a ser executada, em uma relação de submissão à posição do sujeito que fala” (Charaudeau, 2006, p 253). Toda a análise aqui desenvolvida partirá desse pressuposto, ou seja, a de que as falas, as declarações, enfim, o discurso do presidente, um sujeito cujas declarações emanam de um lugar social e discursivo de poder, coloca o outro, o seu interlocutor (neste caso, o povo brasileiro, a quem ele fala), em uma posição de submissão, de obrigação, ainda que tais declarações fossem sub-repticiamente formuladas, o que não é, obviamente, o caso aqui em tela. Se não vejamos, a partir dos recortes discursivos a seguir apresentados.

Corpus

Declarações do Presidente Sobre a Pandemia Desde Março de 2020

Antes de se passar efetivamente às declarações do presidente sobre a pandemia e sobre a COVID-19, expõe-se primeiro o que aqui se entende por recortes discursivos.

Os recortes discursivos

A noção de *recorte discursivo* aqui utilizada é a mesma que apresenta Orlandi (1983 e 1984), por sua vez, retomada por Guimarães (2001). Para Orlandi “o recorte é uma unidade discursiva. Por unidade discursiva entendemos fragmentos da situação discursiva (Orlandi 1983 *apud* Guimarães 2001, p. 13). Para Guimarães, “o entendimento mais completo da noção de recorte, no entanto, só se dá se atentamos para o que a autora coloca sobre a incompletude

da linguagem e sobre a polissemia” (Guimarães 2001, p. 13-14). Guimarães observa que sobre a questão da incompletude devemos observar o que Orlandi problematiza acerca do tópico (tema) na conversação, no diálogo: “com essa ideia de incompletude apaga-se, em relação a turnos, o limite que separa o meu dizer e o do outro” (Orlandi 1984 *apud* Guimarães 2001, p. 14). Ou seja, “o que digo não é completo, parte do seu sentido está no que os outros dizem e vice-versa”, completa Guimarães. Assim “só uma noção como a de recorte, portanto, não segmental, pode apreender esta incompletude constitutiva do sentido” (Guimarães 2001, p. 14).

A Polêmica Sobre o Tratamento Precoce Para a Covid-19

Desde o início da pandemia do novo coronavírus, o presidente Jair Bolsonaro (PL) vinha minimizando a gravidade da covid-19 e passando à população declarações que contradiziam/contradizem as orientações das autoridades de saúde. Neste período, o próprio presidente afirmou que estava com a doença e se tratava com hidroxicloroquina²⁴, substância considerada controversa para esse fim, já que não há comprovação científica de sua eficácia no caso de covid-19 e pode causar efeitos colaterais graves, particularmente arritmia cardíaca. Passemos a este primeiro recorte, e subsequentemente, aos outros:

9 de março de 2020.

1º Recorte — “Superdimensionado”

“Tem a questão do coronavírus também que, no meu entender, está superdimensionado, o poder destruidor desse vírus”.

24 de março de 2020.

2º Recorte — “Gripezinha”

“Pelo meu histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus, não precisaria me preocupar, nada sentiria ou seria acometido, quando muito, de uma gripezinha ou resfriadinho, como bem disse aquele conhecido médico, daquela conhecida televisão”.

24 de março de 2020.

3º Recorte — “Devemos, sim, voltar à normalidade”

“O vírus chegou, está sendo enfrentado por nós e brevemente passará. Nossa vida tem que continuar. Os empregos devem ser mantidos. O sustento das famílias deve ser preservado. Devemos, sim, voltar à normalidade”.

24 de março de 2020.

4º Recorte — “Devemos abandonar o conceito de terra arrasada”

“Algumas poucas autoridades estaduais e municipais devem abandonar o conceito de terra arrasada, a proibição de transportes, o fechamento de comércios e o confinamento em massa”.

29 de março de 2020.

²⁴ O mandatário ainda insiste neste tipo de protocolo, que, mesmo agora, não encontra respaldo científico.

5º Recorte — “Vamos todos morrer um dia”

“Essa é uma realidade, o vírus tá aí. Vamos ter que enfrentá-lo, mas enfrentar como homem, porra. Não como um moleque. Vamos enfrentar o vírus com a realidade. É a vida. Tomos nós iremos morrer um dia”.

28 de abril de 2020.

6º Recorte — “E daí?”

“E daí? Lamento. Quer que eu faça o quê? Eu sou Messias, mas não faço milagre”.

Análise dos Dados Linguísticos e Discursivos: Antes de Tudo, a Linguagem é uma Arma

O linguista norte-americano Dwight Bolinger afirmou corretamente que **a língua é uma arma carregada** (Bolinger, 1989 [1980]). Saber usá-la é ter poder. Usá-la inadvertidamente no espaço público ou na **esfera pública** (Habermas, 2003)²⁵ em uma época como a nossa, em que a revolução das mídias convencionais, potencializadas pelas mídias sociais, impulsionadas pelas novas ferramentas tecnológicas dos *smartphones*, levaram a expressão individual a extremos, é uma atitude irresponsável. Podemos mesmo dizer que a linguagem pode causar estragos do ponto de vista prático, quando se pensa, por exemplo, nas consequências nefastas que ela pode causar em seu emprego público. Essa situação é potencializada quando o enunciador das declarações é um sujeito de figura pública, como é o caso do Presidente da República, cuja imagem, em si, já expressa uma natural **força ilocucional** causada pela favorável investidura do cargo, que pode impactar sobre a vida do cidadão comum. O livro de Bolinger é interessante porque pode ser aplicado como referencial teórico e crítico em mais de um contexto de análise linguística e discursiva.²⁶ Mas também, em outro sentido – e este é o que mais nos interessa no momento – o livro de Bolinger (1989 [1980]) é sobre o abuso da linguagem: linguagem usada para distorcer, ocultar, enganar, manipular e menosprezar.

Neste aspecto particular, Bolinger trata do caráter especial da metáfora. A metáfora, que é central para nosso envolvimento constante em nomear, “descobrir algo novo e decidir se

²⁵ Por *público*, Habermas compreende aqueles eventos que dizem respeito a todos e que, por isso, são passíveis de serem discutidos e normatizados socialmente, em contraposição ao âmbito individual, privado. O conceito alemão de “*Privat*” significa estar excluído, privado do aparelho do Estado (...)” (Habermas, 2003, p. 24). Conforme Habermas, não há um sentido único para os conceitos público/privado. Em sua análise, entretanto, como não podia ser diferente para esses estudos no ocidente, esses conceitos são originários da Grécia, onde o âmbito privado das coisas caseiras (*oikos*) era diferenciado do âmbito público, isto é, da política estatal (*polis*). Diz Habermas: “Só à luz da esfera pública é que aquilo que é consegue aparecer, tudo se torna visível a todos” (Habermas, 2003, p. 16). E é justamente esse modelo grego da **esfera pública**, segundo o mesmo Habermas, que teria passado depois à Idade Média, onde as categorias público/privado estavam presentes no Direito Romano, e teria chegado até nós, via institucionalização do Estado moderno, onde, então, passa a ter um sentido específico de **“esfera pública burguesa”** (Habermas, 2003, p. 17, sublinhamos).

²⁶ Um exemplo dessa múltipla aplicabilidade seria relacioná-la com aquilo que Halliday chamou de **atitude linguística** dos falantes frente à sua própria fala ou à fala dos outros usuários da língua, verificando, deste modo, as análises sobre o que dizem e avaliam alguns usuários sobre as variantes consideradas não-padrão da língua, ou não cultas. Bolinger (1989 [1980]), por exemplo, analisa os preconceitos sociais que fundamentam a estigmatização dos dialetos não padronizados do inglês e o papel de tais dialetos (incluindo o inglês negro e o chamado espanglês, o dialeto chicano) na promoção da solidariedade e na exclusão dos imigrantes.

pertence ao rótulo A ou ao rótulo B” (1989, [1980], p.140). Segundo o autor, um aspecto do controle social é a sanção dada pelos governos a certas metáforas e sua desaprovação de outras. As sociedades diferem em suas metáforas favoritas. E aqui podemos ver a contribuição das propostas de Bolinger para o presente estudo.

O discurso do presidente Jair Bolsonaro busca estimular rótulos (“comunista”, “esquerdista”, “petralhada”) para o adversário (ou “inimigo?”), ou almejam a intimidação pelo reforço ao egocentrismo (“sou eu que mando” “não abro mão da minha autoridade”); neste caso específico, parece-nos haver aqui uma questão de auto e hetero-enunciação ou como denominado por Authier-Revuz (2004), modalizações autonímicas (Authier-Revuz, 1998), na medida em que esse fenômeno linguístico-discursivo mostra formas de representação do sujeito enunciadas no fluxo de seu dizer. Neste caso, mais precisamente, “a nomeação assumida como ato pessoal: *“eu digo X’ que eu proponho/decido dizer”*, já que há um “caráter pessoal da nomeação marcada pela massiva dominância, aqui, do ‘eu’, sujeito do verbo de dizer, e/ou pela presença de lexemas que dizem a implicação ativa do sujeito nessa nomeação – *facilmente, eu proponho, eu forjo, eu me permito, eu ouso...*” (Authier-Revuz, 1998, p. 69), ou, no caso do presidente: *“sou eu que mando”; “não abro mão da minha autoridade”*), por exemplo, enunciadas por ele quando se viu contestado de suas afirmações por seus ministros da saúde, em situações e opiniões contrárias às suas e que foram amplamente divulgadas pelas mídias. Neste caso, quando desautorizou publicamente seu, então, ministro da saúde (já o 3º no contexto pandêmico), o General Eduardo Pazuello, sobre a compra da vacina CoronaVac, naquilo que podemos denominar de início do período da “guerra das vacinas”. As outras formulações que devem ser consideradas são: xingamento (“imprensa canalha”, “jornal patife e mentiroso”), constrangimento (“não sou coveiro”, “e daí”) ou ironia (“*eu sou Messias, mas não faço milagre*”).

Análise Linguístico-Discursiva dos Enunciados Presidenciais

Partindo agora das formulações, de Austin (1990), segundo a qual *dizer é fazer*, ou, conforme a tradução fiel do título original e sugestivo de seu livro “*How to do Things with Words*”, isto é, “Como fazer coisas com palavras”, é preciso admitir que a linguagem é uma prática social e concreta e como tal deve ser analisada. De acordo com Austin (1990, p 85) “dizer algo **é** fazer algo, ou que **ao** dizer algo estamos fazendo algo, ou mesmo os casos em que **por** dizer algo fazemos algo”. À essas três formas distintas de uso da fala, ou de atos de fala, Austin denominará como: **1. ato locucionário; 2. ato ilocucionário, e 3. ato perlocucionário.**

1. O ato locucionário corresponde ao ato de pronunciar um enunciado, ou seja, ao “ato de ‘dizer algo’, nesta acepção normal e completa” (Austin 1990, p. 85).

2. O ato ilocucionário, correspondente ao ato que o locutor realiza quando pronuncia um enunciado em certas condições comunicativas e com certas intenções, tais como ordenar, avisar, criticar, perguntar, convidar, ameaçar etc. Assim, “um ato ‘ilocucionário’”, segundo Austin, é “a realização de um ato ao dizer algo, em oposição à realização de um ato *de* dizer algo” (Austin 1990, p. 89). Neste sentido, em um ato ilocucionário, a intenção comunicativa de execução vem associada ao significado de determinado enunciado. É o que Austin denominou de **força ilocucionária**: “suas palavras tiveram o significado de ordem” (p. 89), por exemplo; e, por último;

3. O ato perlocucionário, que corresponde aos efeitos que um dado ato ilocucionário produz no alocutário. Verbos como convencer, persuadir ou assustar ocorrem neste tipo de atos de fala, pois informam-nos do efeito causado no alocutário. Austin afirma que “dizer algo frequentemente, ou até normalmente, produzirá certos efeitos ou consequências sobre os sentimentos, pensamentos, ou ações dos ouvintes, ou de quem está falando, ou de outras pessoas. E isso pode ser feito com o propósito, intenção ou objetivo de produzir efeitos”. Austin denominará “um ato deste tipo de realização de um ato *perlocucionário* ou *perlocução* (Austin 1990, p. 89-90).

Admitimos de partida que, de modo geral, em todos os recortes discursivos aqui sob análise, estão presentes tanto a **força ilocucionária**, cuja origem são **os atos de fala** do presidente, quanto o alvo dessa força, a população brasileira, para quem os seus atos de fala estão direcionados, resultando daí um efeito persuasivo, que é traduzido no próprio **ato perlocucionário**, já que não dá para deixar de considerar nas declarações do presidente certos propósitos, intenções ou objetivos, que certamente produziram efeitos sobre a população brasileira.

Conforme observa Marcondes (1990, p. 7), tradutor e apresentador da obra para o público leitor brasileiro, “o projeto filosófico da teoria dos atos de fala, tal como foi inicialmente proposto por Austin, insere-se na tradição britânica da filosofia analítica, inaugurada por G.E. Moore, B. Russell e L. Wittgenstein nas primeiras décadas” do século XX. Mas abre novas perspectivas nesse tipo de filosofia, levando-a “para novas investigações pelo estabelecimento de elementos teóricos que desenvolvidos, muitas vezes criticamente, por autores como P. F. Strawson, H. P. Grice e, principalmente, J. R. Searle, deram origem à teoria dos atos de fala” (Marcondes, 1990, p. 13). E é justamente na relação com as propostas de reformulação desses autores é que a teoria dos atos de fala encontra espaço de desenvolvimento na linguística, especialmente na intersecção entre os campos da semântica e da pragmática, espaço onde as contribuições de Ducrot, e de Anscombe e Ducrot, das quais falaremos um pouco mais adiante, se estabelecem.

Neste sentido, enunciado e discurso serão aproximados de atos de fala. Como, pois, admite Ducrot (1989, p. 13) “o enunciado é um segmento de discurso. Ele tem, pois, como o discurso [e acrescentamos nós, também como os atos de fala], um lugar e uma data, um produtor e (geralmente) um ou vários ouvintes. É um fenômeno empírico, observável, e, a este título, não se repete”. Além disso, segundo Ducrot (1987),

Um primeiro componente, isto é, um conjunto de conhecimentos (*descrição semântica linguística de L* ou, abreviadamente, *componente linguístico*) atribuiria a cada enunciado, independentemente de qualquer contexto, uma certa significação. Exemplificando: a A corresponde a significação A'. Caberia ao segundo componente (*o componente retórico*), considerando a significação efetiva de A na situação X (Ducrot, 1987, p. 15).

Análise do 1º recorte

Em um de seus primeiros comentários públicos sobre a doença, o presidente afirmou que a imprensa exagerava sobre sua gravidade: “Tem a questão do coronavírus também que, no meu entender, está superdimensionado, o poder destruidor desse vírus”, disse o presidente em evento em Miami no dia 9 de março. Alguns dias depois, havia na cúpula do governo federal mais de 20 autoridades infectadas. Parte dessas autoridades estava na comitiva que acompanhara o presidente na viagem aos Estados Unidos.

Assim, por exemplo, **o componente semântico** confere ao enunciado presidencial no 1º recorte discursivo: “[...] *está superdimensionado, o poder destruidor desse vírus*”, a significação de que, no momento da enunciação, o presidente, na sua visão, considera que muitos (da imprensa) têm dado um tamanho, um alcance exagerado ao provável (na perspectiva dele) poder destruidor do vírus. Considerando, o contexto da situação comunicativa em que esse enunciado foi produzido, **o componente retórico** atribui a ele uma posição mais forte e mais significativa, no sentido de demonstrar não só que, na perspectiva do presidente, a imprensa exagerava sobre a gravidade da pandemia como, principalmente, nas condições históricas em que o enunciado é dito, o de trazer uma *orientação argumentativa*²⁷, que se confirmará em outras tantas situações posteriores, a de que o presidente negará a verdade sobre o efetivo poder destruidor do vírus. E o que é pior: sua atitude diametralmente oposta de *subdimensionamento do poder destruidor do vírus*.

²⁷ Anscombre e Ducrot (1995 [1988], p. 5) afirmam no prefácio de *L'argumentation dans la langue* que “les sens d'un énoncé comporte, comme partie integrante, constitutive, cette forme d'influence que l'on appelle la force argumentative. Signifier, pour un énoncé, c'est orienter. De sorte que la langue, dans la mesure où elle contribue en première place à déterminer le sens des énoncés, est un des lieux privilégiés où s'élabore l'argumentation”. Tradução: “os sentidos de um enunciado comporta, como parte integrante, constitutiva, essa forma de influência que é chamada de força argumentativa. Significar, para um enunciado, é orientar. De sorte que a língua, na medida em que determina principalmente o significado dos enunciados, é um dos lugares privilegiados onde se desenvolve a argumentação”.

Outro aspecto a ser destacado neste 1º recorte analisado das declarações presidenciais é a inversão da ordem sintática, relacionada ao fenômeno tópico/foco²⁸-comentário/desfoco no enunciado. Ao deslocar “*está superdimensionado*”, trazendo-o para o tópico de sua fala, e deixando em 2º plano, ou desfoco, “*o poder destruidor desse vírus*”, o enunciador/presidente o faz também sob uma perspectiva argumentativa, ainda que inconsciente. Por um lado, isso acontece por razões próprias da pressão e especificidade da língua falada, modalidade linguística utilizada pelo presidente, (como na maioria das vezes nos outros recortes). De acordo com Pontes (1987), o que caracteriza o tópico [...] é ele estabelecer um quadro de referência para o que vai ser dito a seguir [...] sobre o qual se faz o comentário” (Pontes, 1987, p. 13).

Por outro lado, entretanto, visto de forma menos estrutural e mais funcional-discursiva, no sentido de **organização da informação do discurso** (Firbas, 1992)²⁹ como preocupação dominante do enunciador, o foco constitui um traço – fonológico ou sintático – que marca um contraste, uma saliência, de um constituinte que fica assim destacado de (em oposição a) o restante da estrutura sentencial do enunciado. É o caso aqui sob análise. Nessa perspectiva destaca-se a teoria da **Perspectiva Funcional da Sentença** (PFS) de Firbas (1992). Firbas (1992, p. 177) também observa que na aplicabilidade contextual PFS na língua falada, o investigador é livre para escolher a estrutura, cuja aplicabilidade deseja avaliar; mas, ao fazer isso, ele deve determinar quais características devem ser consideradas como constitutivas, ou seja, como identificando a estrutura. Do ponto de vista da organização da informação trazida pelo enunciador/presidente, topicalizar/focalizar o aspecto *superdimensionado* pelos seus oponentes (inimigos?) é mais importante do que ressaltar o suposto (nunca será demais ressaltar isto: na perspectiva do presidente) *o poder destruidor do vírus*, deslocando-o para o restante da frase, que compõe o enunciado.

²⁸ No âmbito deste estudo, não se faz distinções entre os fenômenos de tópico e foco, tomados aqui como sinônimos. Também não serão problematizados os conceitos e os fenômenos de *tópico*, *foco*/ *topicalização* e *focalização*. Para uma abordagem crítica e informada a respeito de ambos os pares conceitos/fenômenos, ver Gonçalves (1998), Creissel (2004) e Barbosa (2005).

²⁹ O modo como o tópico e o foco se organizam no enunciado será designado por nós como articulação tópico-foco, correspondendo aproximadamente à ideia de **Dinamismo Comunicativo** (DC), na perspectiva da teoria da **Perspectiva Funcional da Sentença** (PFS) de Firbas (1992). Um dos conceitos básicos da teoria da PFS é o dinamismo comunicativo (DC), que se refere à qualidade desempenhada pelo desenvolvimento da informação (não necessariamente linear) em direção a uma meta comunicativa. Segundo Firbas (1992), a teoria da **Perspectiva Funcional da Sentença** (PFS) trata do modo como as estruturas sintáticas e semânticas da sentença funcionam para preencher a meta comunicativa pretendida na sentença. O dinamismo comunicativo é uma característica central da teoria da Escola de Praga da Perspectiva da Funcional da Sentença (PFS), que se preocupa com a distribuição da informação conforme determinado por todos os elementos significativos. Em **Functional sentence perspective in written and spoken communication**, Jan Firbas discute a distribuição dos graus de Dinamismo Comunicativo (DC) sobre os elementos da sentença e como isso determina sua orientação ou perspectiva. Firbas examina a relação do tema e do rema e a implementação deles por componentes sintáticos, com particular atenção à ordem das palavras, tanto em sentenças escritas como faladas.

Análise do 2º recorte

Alguns dias depois, em um pronunciamento veiculado na televisão, no dia 24 de março, quando o país já registrava mais de 10 mortes pelo vírus, o presidente criticou o fechamento de escolas e comércios. Ele ainda comparou a contaminação por coronavírus a uma “gripezinha” ou “resfriadinho” e disse que, se ficasse doente, não sofreria.

“Pelo meu histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus, não precisaria me preocupar, nada sentiria ou seria acometido, quando muito, de uma gripezinha ou resfriadinho, como bem disse aquele conhecido médico, daquela conhecida televisão”, contrariando as autoridades de saúde e o próprio Ministério da Saúde do seu governo, à época, sob o comando do médico e deputado federal Luiz Henrique Mandetta. Em outra ocasião, em 07 de julho de 2020, o presidente Jair Bolsonaro confirmava que havia contraído o coronavírus e que estava “muito bem”. Em entrevista coletiva, afirmou novamente “depois da facada, não vai ser uma gripezinha que vai me derrubar, não, tá ok?!”

Com relação a esse **2º recorte discursivo**, quando o Presidente da República, afirma: “Pelo meu histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus, não precisaria me preocupar, nada sentiria ou seria acometido, quando muito, de uma gripezinha ou resfriadinho, como bem disse aquele conhecido médico, daquela conhecida televisão”, podemos, em primeiro lugar, destacar o contexto imediato de enunciação da declaração, que faz parte do pronunciamento do presidente, gravado e transmitido em rede nacional. Ou seja, é um texto previamente construído, escrito, organizado, para ser posteriormente falado, oralizado. Os recortes 3 e 4 também fazem parte desse tipo de construção textual-discursiva.

Dito isso, é importante também ressaltar que o presidente é a um só tempo o sujeito falante, o enunciador, e também o locutor, no sentido de ser o porta-voz desse mesmo discurso, nos termos de Ducrot (1987).³⁰ Mas não nos enganemos, pois, como todo discurso, o discurso do presidente também é polifônico, de modo que outras vozes se fazem ouvir a partir dele. O mesmo serve para os recortes 3 e 4, a serem analisados mais adiante. Esta tripartição revela-se um instrumento indispensável na descrição da negação polêmica, da ironia e do discurso reportado. Isso ocorre também neste recorte e o analisaremos um pouco mais adiante.

³⁰ A obra em que Oswald Ducrot faz a distinção entre sujeito falante, locutor e enunciador é **O dizer e o dito**. De acordo com Ducrot (1987, p. 182): “[...] é necessário distinguir entre os sujeitos [...], os enunciadores e os locutores [...]. Ainda segundo Ducrot (op. cit., p. 182), “por definição, entendo por locutor um ser que é, no próprio sentido do enunciado, apresentado como seu responsável, ou seja, como alguém a quem se deve imputar responsabilidade deste enunciado. É a ele que refere o pronome *eu* e as outras marcas da primeira pessoa”. Entretanto, “[...] o locutor, designado por *eu*, pode ser distinto do autor empírico do enunciado, de seu produtor”. Assim, “não somente o locutor pode ser diferente do sujeito falante efetivo, mas pode ser que certas enunciações, tal como são descritas no sentido do enunciado, não aparecem como o produto de uma subjetividade individual” (Ducrot, 1987, p. 183).

Só pelo fato de se referir à gripe e ao resfriado no diminutivo, o presidente de alguma forma já os minimiza. No contexto pandêmico do Covid-19, essa forma de se referir apresenta uma forte orientação argumentativa. Nesses enunciados, percebe-se um jogo de palavras, por meio do qual o locutor/presidente se vale para sustentar seu ponto de vista. O diminutivo é utilizado com outra finalidade que não apenas transmitir a ideia de “pequenez”. Nesse caso, o sufixo *-inha/ -inho* atenua tudo aquilo que circunda a palavra “gripe” ou “resfriado” e por extensão, a “Covid-19”, diminuindo, assim, a sua gravidade. Esse uso se assemelha àquilo que Ducrot (2002) chama de modificadores, quando a combinação de signos em uma expressão XY resulta na diminuição da força argumentativa de X. Essa diminuição da força argumentativa, em geral, está muito mais ligada ao efeito psicológico (neste caso, a de mostrar aos brasileiros que o vírus não é tão perigoso como se diz) do que aos efeitos de uma gripe ou resfriado em si.

Em síntese, atribui-se aqui no uso dos sufixos *-inha/-inho* no contexto em que são empregados na fala do presidente um significado específico a eles, associando-lhes “diferentes argumentações”, as quais “são evocadas por seu emprego” (Ducrot & Carel, 2008, p. 10). Vê-se com isso que “a determinação das significações linguísticas só é, portanto, possível pela consideração sistemática do discurso: é no discurso que estão situados os encadeamentos argumentativos que a língua reúne nas suas significações” (Ducrot & Carel, 2008, p. 18).

Também ao dizer que ele “seria acometido, quando muito, de uma gripezinha ou resfriadinho, *como bem disse aquele conhecido médico, daquela conhecida televisão*”, Bolsonaro atribui os termos “gripezinha” e “resfriadinho” a um outro enunciador. Tem-se aqui um discurso reportado, encaixado no seu próprio discurso. O que chama a atenção, todavia, é que o médico e a televisão referidos indiretamente no discurso do presidente são o médico Dráuzio Varella e a Rede Globo de Televisão, aos quais, declaradamente o presidente considera como seus adversários (quase se dizia *inimigos*), opositores políticos.

Diante desse contexto, as expressões “gripezinha” e “resfriadinho” são deslocadas de sua enunciação original, oriundas do discurso de Dráuzio Varella³¹, e assumem claramente um tom irônico, ainda que bastante sutil, na fala do presidente, que, ao mesmo tempo em que as acolhe em seu discurso, para minimizar o efeito do vírus em seu organismo durante uma possível infecção, também, as repele, porque parte da enunciação daqueles que seriam

³¹ Em vídeo publicado em 30 de janeiro de 2020, o médico e escritor Dráuzio Varella fala respeito da Pandemia da Covid-19. No vídeo, Dráuzio Varella, que rememora o depoimento da avó sobre a Gripe Espanhola com o intuito de compará-la à Covid-19, diz o seguinte: “[...] minha vó contava, onde a gente morava, as pessoas punham os corpos dos cadáveres na porta, na calçada. E aí passava uma carroça que vinha levando todos para enterrar em cova rasa. Isso nunca vai acontecer [com relação ao coronavírus]. Primeiro porque esse vírus não tem esse potencial. E cada 100 pessoas que pegam o vírus, 80, 90 pessoas têm um resfriadinho de nada”. Atualmente, há dificuldade para encontrar o vídeo original, que foi removido das principais plataformas da internet. Nossa transcrição segue o vídeo reproduzido no programa *Os Pingos nos Is*, da rádio Jovem Pan, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Fu51hbO9fSc>. A fala de Dráuzio Varella encontra-se entre os 0:26 segundos e 1:26 minutos deste vídeo. Posteriormente, entretanto, o médico admitiu ter subestimado a gravidade da pandemia do coronavírus em âmbito mundial.

considerados seus adversários. É de conhecimento público as disputas entre o presidente e a referida rede televisiva, que mantêm desavenças e posições contrárias entre si. Pela teoria de Ducrot (1987), sabe-se que em um mesmo texto, podem aparecer diferentes pontos de vistas, ou perspectivas de enunciadores diferentes, mas enquanto vai apresentando esses pontos de vista, o locutor vai mostrando concordar ou não com eles. É o que, contraditoriamente, faz o presidente ao usar e atribuir os termos “gripezinha” e “resfriadinho” para se referir aos sintomas do **coronavírus** em seu organismo e, ao mesmo tempo, atribuindo a origem desse dizer àqueles considerados seus oponentes. Sendo esta também uma forma sutil de compartilhar os possíveis ônus da declaração.

Análise do 3º e 4º recortes

Ainda no contexto do pronunciamento do dia 24 de março de 2020, o presidente afirmava, no 3º recorte de nossa análise o seguinte:

“O vírus chegou, está sendo enfrentado por nós e brevemente passará. Nossa vida tem que continuar. Os empregos devem ser mantidos. O sustento das famílias deve ser preservado. Devemos, sim, voltar à normalidade”.

Há neste trecho, a manifestação de certo otimismo e disponibilidade do mandatário, convocando o povo ao enfrentamento da dura realidade causada pela pandemia. Além de uma clara preocupação com a economia do país e a manutenção dos empregos. Por um lado, tanto seu discurso quanto sua atitude podem ser compreendidas como legítimas, uma vez que essas são as bases que mantêm a riqueza e o desenvolvimento de um país. Para usar uma expressão bastante conhecida: mantêm a roda girando. Por outro lado, entretanto, ao dizer que “devemos, sim, voltar à normalidade”, o presidente claramente convoca a população a sair do confinamento, o que no contexto pandêmico poderia trazer consequências gravíssimas. Como trouxe. Sabemos que o pedido foi acatado por boa parte das pessoas.

No mesmo contexto, mais adiante, em oposição às medidas de pausas sanitárias adotadas por prefeitos e governadores, o presidente afirma: “Algumas poucas autoridades estaduais e municipais devem abandonar o conceito de terra arrasada, a proibição de transportes, o fechamento de comércios e o confinamento em massa”.

Neste ponto do discurso, ao mencionar a expressão “terra arrasada”, o presidente apela à **memória discursiva** (Pêcheux, 1999). Sendo o discurso dominado pela memória de outros discursos, uma forma de retorno ao que já foi dito em um determinado acontecimento, entende-se, então, que a memória discursiva diz respeito à recorrência de dizeres que se materializam a partir de um evento histórico específico. Essas recorrências de dizeres podem ser

atualizadas ou esquecidas de acordo com o processo discursivo. São redes (de memória) que possibilitam uma volta ao(s) já-dito(s), uma retomada, dando abertura para a (re)definição, (re)formulação de sentido(s) e ao nascimento de “novos” dizeres.

Essa memória, que, para Pêcheux e toda a Escola de Análise de Discursiva Francesa, tem um papel importante, está diretamente ligada ao interdiscurso. Assim, os conceitos de memória discursiva e interdiscurso remontam os lugares que constituem as enunciações, que tornam possíveis outros efeitos de sentido. De acordo com Pêcheux (2014), o interdiscurso caracteriza-se como o espaço onde os pré-construídos derivam e são marcados pelo esquecimento, ou seja, é o lugar do já-dito, do que já foi enunciado antes por outro(s) sujeito(s), em outro(s) espaço(s) e significou naquele momento de forma ‘x’ e não ‘y’, e por significar ‘x’ se inscreve no espaço sócio-histórico e ideológico; ou melhor, por ter significado, se inscreve na história através da língua/linguagem e, subsequente, é esquecido. Como o já-dito/pré-construído fica no lugar do interdiscurso, ele pode – e é sempre – retomado interdiscursivamente nos enunciados no momento do dizer.

Para Pêcheux precisa-se analisar o **acontecimento discursivo**, as mudanças que ocorrem em um discurso e as novas significações que um **acontecimento histórico** invoca através das novas séries de enunciados que se formam a partir da desestabilização do que é dito normalmente.

Essa desestabilização ocorre, justamente, na **memória discursiva**, que, segundo Pêcheux (1999), “deve ser entendida aqui não no sentido diretamente psicologista da ‘memória individual’, mas nos sentidos entrecruzados da memória mítica, da memória social inscrita em práticas, e da memória construída do historiador” (Pêcheux, 1999, p. 49-50).

Originalmente, “terra arrasada” não é exatamente um conceito, mas uma tática utilizada em grandes guerras, empregada por exemplo, por tropas napoleônicas, russas e nazistas. Só a título de exemplo, essa tática foi uma das que mais prejudicou Napoleão Bonaparte, durante as chamadas Guerras Napoleônicas. Basicamente, a manobra consistia na destruição de tudo que pudesse ser utilizado a favor de um inimigo quando a tropa fugitiva estivesse em retirada.

De acordo com os historiadores, durante a incursão das tropas de Napoleão na Rússia, o czar Alexandre I, reconhecendo que suas forças armadas não seriam capazes de segurar as tropas francesas por muito tempo, ateou fogo no interior russo e supostamente também queimou a cidade inteira de Moscou. Praticamente abandonado, o exército francês foi obrigado a se estabelecer no local e, com a falta de suprimentos, teve que enfrentar a fome, tanto na chegada em Moscou como na volta para a França: durante o percurso, Napoleão enfrentou mais terras arrasadas. Esse teria sido o mais notório episódio em que o recurso (a estratégia de *terra arrasada*) teria sido utilizado (Tortamano, 2019).

Passados cem anos do fracasso de Napoleão, os soviéticos utilizaram essa mesma tática em outro conflito. Na Segunda Guerra, quando as tropas nazistas começaram a invasão à União Soviética, uma nova forma de terra arrasada foi utilizada, e, segundo Tortamano (2019), foi tão efetiva quanto. Ao invés de queimarem campos ou cidades, as tropas da URSS danificaram torres de transmissão, linhas telefônicas e destruíram pontes e ferrovias para que toda movimentação dos nazistas se tornasse precária.

De acordo com Tortamano (2019), aprendendo com as próprias derrotas, os nazistas fizeram algo semelhante enquanto batiam em retirada da União Soviética. Eles queimaram pequenas cidades e campos, roubara, alimentos dessas populações e destruíram por completo bases usadas pelos soviéticos.

Ao utilizar a expressão “terra arrasada”, o presidente, já no campo do interdiscurso, evoca toda a **memória discursiva** circunscrita a ela e não deixa dúvidas de que compreende a atitude dos prefeitos e governadores como sendo a mesma tática posta em prática por militares, em tempos de guerra, conforme descrito anteriormente. Bolsonaro afirma que eles deveriam “**abandonar o conceito de terra arrasada**”. Michel Pêcheux afiança que “a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os ‘implícitos’ quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita” (Pêcheux, 1999, p. 52). Mas é preciso estar atento a isso, uma vez que, segundo o mesmo Pêcheux, o acontecimento se situa “no ponto de encontro de uma atualidade e uma memória” (Pêcheux, 2002, p. 17). De modo de que os enunciados podem remeter (*Bedeutung*) aos mesmos fatos, “mas eles não constroem as mesmas significações (*Sinn*)” (Pêcheux, 2002, p. 20). Pode-se dizer que é o que acontece aqui: a proibição de transportes públicos, o fechamento de comércios e o confinamento em massa temporários por alguns prefeitos e governadores, no contexto pandêmico, cujo nome técnico inclusive é **parada sanitária** (quando em período mais breve) e **lockdown** (quando em período mais longo), não podem ser nomeados da mesma forma que a noção de **terra arrasada**, muito menos comparada a ela. A não ser que na perspectiva belicosa do enunciador/presidente haja a preocupação, (quase paranoica)³² de que tais medidas não fossem exatamente sanitárias, mas sim políticas, a fim de prejudicá-lo, no sentido de que, ao fazerem assim, prefeitos e governadores estariam comprometendo de tal modo a economia e os empregos, que seria o mesmo que estivessem ateando fogo, saqueando as cidades e municípios onde as medidas foram empregadas, para que futuramente o pudessem prejudicar eleitoral e politicamente.

³² O presidente tem dado mostras de que se vê continuamente cercado por inimigos políticos. Guardada as devidas proporções, essa postura, lembra-nos aquela velha história, dita extraoficial, de que Stalin teria dito a um dos membros do Politbiuro, o Comitê Central do Partido Comunista, da antiga União Soviética: “Você está cego como gatinhos recém-nascidos. O que vai acontecer sem mim? O país vai perecer, porque você não sabe como reconhecer inimigos”. Pêcheux (2009, p. 13) apresenta uma versão resumida muito próxima a essa, concluindo que Stalin fazia essa afirmação “sem suspeitar um só minuto da parte que lhe podia caber nesta cegueira”. Neste aspecto, qualquer semelhança com o atual presidente, Jair Bolsonaro, não será mero acaso.

Entende-se, a partir dessas observações, tanto da memória discursiva, quanto do acontecimento histórico, que as mudanças que ocorrem num discurso e as novas significações que um acontecimento histórico invoca através das novas séries de enunciados, se formam a partir da desestabilização do que é dito normalmente. Pode-se observar, portanto, que essa sem dúvida é a estratégia discursiva escolhida pelo presidente.

Passemos, finalmente, à análise do 5º e 6º recortes.

Análise do 5º Recorte — “Vamos todos morrer um dia”

O Presidente Jair Bolsonaro, desde o início, sempre se posicionou contra o isolamento social e dizia, nos primeiros meses da pandemia, que era preciso isolar apenas pessoas de saúde frágil. No final de março, após um passeio que provocou aglomeração³³, o presidente afirmou: “Essa é uma realidade, o vírus tá aí. Vamos ter que enfrentá-lo, mas enfrentar como homem, porra. Não como um moleque. Vamos enfrentar o vírus com a realidade. É a vida. Tomos nós iremos morrer um dia”.

Análise do 6º Recorte — “E daí?”

No final de abril, especificamente em 28 de abril, na entrada do Palácio da Alvorada, o presidente foi questionado sobre o recorde de mortes relacionadas ao novo coronavírus no Brasil. Na ocasião, o país Brasil registrava 474 mortes em 24 horas, segundo dados oficiais divulgados naquela terça-feira pelo Ministério da Saúde. Com a marca, o país se tornava, então, o nono em todo o mundo em número de vítimas da doença, com 5.017 óbitos, ultrapassando o total registrado na China — que registrara oficialmente, até aquele momento, 4.637 mortes. Perguntado por um repórter o que ele tinha a dizer sobre o recorde diário de mortes notificadas naquele dia, o presidente, então, respondeu: “E daí?! Lamento. Quer que eu faça o quê? Eu sou Messias, mas não faço milagre”, disse, em referência ao seu nome, Jair Messias Bolsonaro, fazendo remissão à Cristo. Preocupado com a repercussão negativa dessa declaração, em seguida, o presidente perguntou se alguém gravava a entrevista. Quando soube que sim, se direcionou a essa pessoa e disse que lamentava as mortes, retificando a declaração:

“Lamento a situação que nós atravessamos com o vírus. Nos solidarizamos com as famílias que perderam seus entes queridos, que a grande parte eram [de] pessoas idosas. Mas

³³ Em reportagem do UOL, de 19/03/2021, o jornalista Carlos Madeiro, afirma que “cidades que registraram aglomerações causadas por visitas do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) em fevereiro e março [de 2021] enfrentam hoje aumento no número de casos e mortes e, em alguns casos, colapso em suas redes de saúde” (Madeiro, 2021). Essas informações corroboram, em parte, a hipótese defendida neste trabalho. Mesmo um ano após o início da pandemia, as atitudes e o discurso do presidente não demonstram qualquer tipo de mudança.

é a vida. Amanhã vou eu”, disse ele, tentando atenuar a declaração e astutamente incluindo-se aí entre os mortais, como que para mostrar aos outros como sendo também uma potencial vítima da, nas palavras do poeta, *indesejada das gentes* e, portanto, também vulnerável ao vírus. Pura contradição, se levamos em conta a declaração do **recorte discursivo 2**, em que afirmava, que, pelo seu histórico de atleta, caso fosse contaminado pelo vírus, não precisaria se preocupar, “nada sentiria ou seria acometido, quando muito, de uma gripezinha ou resfriadinho”.

A reformulação: “Lamento a situação que nós atravessamos com o vírus. Nos solidarizamos com as famílias que perderam seus entes queridos, que a grande parte eram [de] pessoas idosas [sic]. Mas é a vida. Amanhã vou eu”, pode ser entendida aqui mais como um aceno político, no sentido de **preservação** de sua **face social** (Goffman, 2011³⁴ [1967]; Rosa, 1992) ou de **manutenção** de seu **ethos** (Barthes, 2001; Amossy, 2005)³⁵, do que propriamente como uma atitude genuína de empatia do presidente. “E daí?”, de curta e direta declaração, aponta para o seu descaso e desfaçatez mediante a morte de milhares de brasileiros, naturalizando, com tal gesto, a catástrofe da pandemia entre nós.

Seu suposto gesto de compaixão não é maior do que seu desejo de manter uma boa imagem de si, na *representação* da cena enunciativa, onde, dada a ocasião, o enunciador/presidente tem por objetivo influenciar de certa maneira os participantes.

Fora desse espaço enunciativo político, isto é, desse *rito de interação verbal* voltado exclusivamente para a preservação da face, as possibilidades de um gesto natural, lídimo, sincero, autêntico, para não dizer *verdadeiro* – já que este signo evoca implicações filosóficas, discursivas e ideológicas pouco consensuais – por parte do enunciador/presidente são bastante improváveis, para não dizer nulas.

Dá-se a impressão de que um gesto seu de compaixão poderia ser interpretado como medo. E medo não é algo que ele (parece) se permita sentir, isto é, *medo*, não enquanto emoção, porque esta é inconsciente, e portanto não está sob seu controle, mas enquanto

³⁴ De acordo com Goffman, “a *face* é uma imagem do eu delineada em termos de atributos sociais aprovados - mesmo que essa imagem possa ser compartilhada, como ocorre quando uma pessoa faz uma boa demonstração de sua profissão ou religião ao fazer uma boa demonstração de si mesma”(Goffman, 2011, p. 14). Enquanto “a *preservação da face* serve para neutralizar ‘incidentes’ - quer dizer, eventos cujas implicações simbólicas efetivas ameaçam a face” (Goffman, 2011, p. 20). Diferentemente dos tradutores de sua obra para o português, que utilizam a expressão “fachada” (eles alegam suas razões), preferimos o termo “face”, já consagrado, entre nós, pelos estudiosos da **Análise da Conversação**, na perspectiva etnometodológica (interação face a face). Assim, nesta perspectiva, Rosa (1992) explica ambos os conceitos: “à essa expressão social do eu individual Goffman chamou *face*; e aos procedimentos destinados a neutralizar a ameaça ou restaurar a face dos participantes da interação Goffman chamou *face-work*, ou processo de figuração” (Rosa, 1992, p. 20). Para maiores detalhes, na perspectiva da Análise da Conversação, ver (Rosa, 1992).

³⁵ De acordo com Ruth Amossy (Amossy, 2005, p. 10) “Os antigos designavam pelo termo *ethos* a construção de uma imagem de si destinada a garantir o sucesso do empreendimento oratório”. Roland Barthes, a quem devemos a retomada desse conceito nos atuais estudos do discurso, define o *ethos* (*ἦθος*), a que ele refere no plural, *Ethè* (*ἠθη*), como “os traços de caráter que o orador deve *mostrar* ao auditório (pouco importando sua sinceridade) para causar boa impressão: são seus *jeitos* [...]: eu devo significar o que quero ser *para o outro* (Barthes, 2001, p. 77). Ainda, segundo Barthes, “O *ethos* é, no sentido próprio, uma conotação: o orador enuncia uma informação e ao mesmo tempo diz: sou isto, não sou aquilo” (Barthes, 2001, p. 78).

sentimento, porque o sentimento é uma espécie de juízo sobre a emoção. No entanto, conforme observa Hannah Arendt (2008), em *Homens em tempos sombrios*, “seria totalmente equivocado reduzir a compaixão ao medo — como se os sofrimentos de outros suscitasse em nós medo por nós mesmos — ou o medo à compaixão — como se, no medo, sentíssemos apenas compaixão por nós próprios” (Arendt, 2008, p. 16).

Diante das diversas declarações e atitudes do Presidente da República até aqui analisadas, esta última – “E daí?!” – seria o ápice de todas elas, como se suas falas fossem crescendo gradativamente em um movimento de insensatez, descaso, estupidez, até o ponto de alcançar a indiferença e a falta de compaixão. Mas, como afirma novamente Arendt (2008),

a antítese da compaixão não é a inveja, e sim a crueldade, que, como a compaixão, é um afeto, pois é uma perversão, um sentimento de prazer ali onde naturalmente se sentiria dor. O fato decisivo é que o prazer e a dor, como tudo que é instintivo, tendem à mudez e, embora possam produzir sons, não produzem fala e, certamente, tampouco diálogo (Arendt, 2008, p. 16).

Daí a fala quase silente, praticamente muda do enunciador/presidente: “E daí?!”.

Todas as declarações do presidente, entendidas neste estudo ao mesmo tempo como atos de fala, enunciações, interação face a face e discursos, dentro do campo político, apresentam finalidades específicas relacionadas ao seu contexto mais imediato de comunicação, mas consideradas sob a perspectiva da enunciação e frente às nuances mais significativas do discurso, em que a história e a ideologia se entrelaçam no fio do discurso, do dito, de um sujeito, e não podem por isso ser ignoradas, somadas, elas apontam sobretudo para as intenções maiores do presidente (e que, certamente, acabam por sustentar a tese defendida no presente artigo³⁶): 1. a de convencer a população de que o poder do vírus não era tão potente como se dizia ser; 2. a de que o vírus poderia ser encarado pelos sujeitos, como ele, supostamente de saúde mais preparada, apenas como uma simples gripe ou resfriado, 3. a de que a proteção da economia e dos empregos era mais importante que a proteção contra o vírus, criando, dessa forma, uma falsa dicotomia; 4. a de se colocar francamente contra as medidas de INFs, como as pausas sanitárias ou mesmo os *lockdowns*, implementados pelos prefeitos e governadores, inclusive, judicializando a questão; 5. a de que a morte é o fim certo de todos, dando a entender que essa é uma luta vã, e, por fim, 6. o descaso e a desfaçatez mediante a morte de milhares de brasileiros, naturalizando a catástrofe da pandemia entre nós.

³⁶ Nunca será demais reforçar nossa tese: a de que o presidente *incentivou parte da população à exposição ao vírus e, consequentemente, à infecção e ao desdobramento de um quadro grave da doença, que levou muitos fatalmente à morte.*

Conforme buscamos demonstrar até aqui, em conformidade com as análises anteriores, esses atos de fala, esses discursos, essas enunciações, essas interações face a face, enfim, essas **ações discursivas, não só apresentam contundente força argumentativa e nuances discursivas específicas**, de acordo com as características do interesse mais imediato do enunciador/presidente e do formato/gênero em que elas se manifestam discursivamente e se materializam, devido ao controle mesmo que se aplica não só ao discurso como prática social, mas também às mentes daqueles que estão sendo controlados, **como também são provas irrefutáveis de que à elas são seguidas as altas de casos e de mortes de brasileiros no período estudado**, conforme demonstraremos a seguir.

Dados da COVID-19 no Brasil

No Período 20 de Fevereiro a 24 de Março de 2020 e os Primeiros Casos de Morte

Em **20 de fevereiro 2020**, o Ministério da Saúde passou a monitorar apenas 1 caso suspeito de infecção pelo novo coronavírus. No Brasil, **o primeiro caso confirmado por COVID-19 foi em 26 de fevereiro**, em São Paulo. No mesmo mês, começaram as primeiras ações governamentais ligadas à pandemia, com a **repatriação dos brasileiros que viviam em Wuhan**, cidade chinesa epicentro da infecção. Até **02 de março 2020**, dados registrados pelo **Ministério da Saúde** indicavam a confirmação de 2 casos de contaminação pelo novo coronavírus e o monitoramento de 433 casos suspeitos. Não havia, até então, evidências de **circulação sustentada do vírus** em território brasileiro.

Em **16 de março 2020**, subia para **234 o número de casos** confirmados de coronavírus no Brasil. Capitais de Rio de Janeiro e São Paulo já registravam, então, a **transmissão comunitária**, ou seja, quando não é identificada a origem da contaminação. Assim, o país entrava em nova fase da **estratégia de contenção da covid-19**, criando condições de prevenção. Passavam a ser monitorados **2.064 casos suspeitos** e 1.624 haviam sido descartados. No dia **17 de março 2020**, o Ministério da Saúde notificava a **primeira morte por coronavírus no Brasil**. Em **23 de março 2020**, subia para **1.620 o número de casos confirmados do novo coronavírus**, desta vez em todos os estados da federação. Até às 8h daquela manhã, o **número de mortos pela covid-19** era de **25**.

Em **24 de março 2020**, Secretarias Estaduais de Saúde confirmavam **1.965 casos de coronavírus**. Sergipe registrava mais cinco casos, chegando a 15 infectados. Em balanço divulgado naquela noite, subia para **47 o número de mortos por coronavírus no Brasil**. Os casos eram em São Paulo (40), Rio de Janeiro (6) e Amazonas (1).

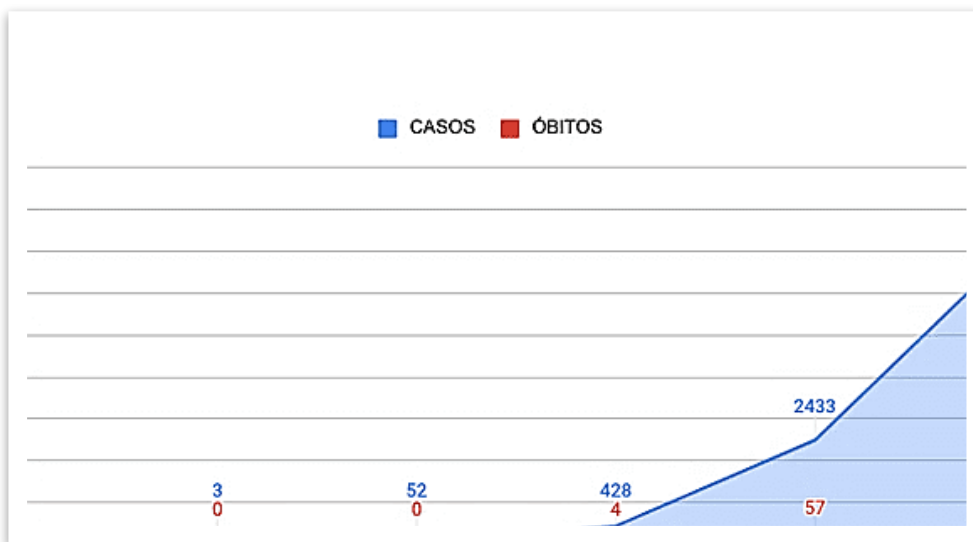
O total de **casos confirmados em todo o Brasil chegava à marca de 2.201**. Havia registros de **covid-19**, no total de 160 casos, nos 26 estados da federação e no Distrito Federal.³⁷

No Período Entre 24 de Março e 30 de Abril: Reflexos das Declarações/Atitudes do Presidente

Os dados a seguir, reproduzidos a partir dos disponibilizados no site do Ministério da Saúde, apontam o crescimento vertiginoso dos casos e mortes, principalmente entre as semanas do final do mês de março e início de abril, justamente 15, 20 e 30 dias após as declarações e das atitudes do Presidente da República. Vejamos:

Gráfico 3

Casos e Óbitos entre a 1ª e a 5ª Semana do Início da Pandemia no Brasil



Fonte: Ministério da Saúde, com dados divulgados pelas Secretarias de Saúde dos Estados.

Adaptado do site Poder 360.

No mesmo dia (24 de março), à noite, o presidente **Jair Bolsonaro** criticava em pronunciamento o pedido para que as pessoas **ficassem em casa**, contrariando o que especialistas e autoridades sanitárias de todo o mundo recomendava. O presidente culpou os meios de comunicação por espalharem o que chamou de *sensação de pavor* e disse que, caso ele mesmo contraísse o vírus, seria apenas uma “gripezinha”.

³⁷ Especificamente: Rio de Janeiro, 305; Minas Gerais, 130; Espírito Santo, 33; Goiás, 27; Mato Grosso do Sul, 23; Mato Grosso, 7; Rio Grande do Sul, 98; Paraná, 65; Santa Catarina, 107; Pernambuco, 42; Ceará, 182; Sergipe, 15; Bahia, 76; Paraíba, 3; Maranhão, 8; Piauí, 6; Rio Grande do Norte, 13; Alagoas, 7; Rondônia, 3; Tocantins, 7; Pará, 5; Amazonas, 47; Amapá, 1; Roraima, 2; Acre, 17.

Quinze dias depois, a essa declaração, em **07 de abril 2020**, Secretarias de Saúde dos **estados registram 12.240 casos confirmados do novo coronavírus e 567 óbitos**.

Em **16 de abril 2020**, após **divergências expostas publicamente**, na qual discordava das medidas tomadas pelo, então, ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta, o Presidente da Jair Bolsonaro, decidiu exonerá-lo do cargo. Quem assumia o ministério era o médico oncologista e empresário Nelson Teich. Tal postura, de modo geral, desorientou a população brasileira com relação às corretas medidas a serem tomadas diante do vírus e da pandemia.

Praticamente, quinze dias depois, em **30 de abril**, **dados colocavam o Brasil com mais casos confirmados do que a China**, onde a epidemia começou. Outra marca importante: não por acaso, estudo do Imperial College London apontava que o país tinha, naquele momento, **a maior taxa de contágio da Covid-19 em todo o mundo**, conforme demonstrado a seguir:

Tabela 1

10 países com maiores taxas de contágio em 30 de abril de 2020, segundo estudos do Imperial College

<i>País</i>	<i>Taxa de contágio</i>
<i>Brasil</i>	2.81
<i>Irlanda</i>	2.24
<i>México</i>	1.95
<i>Polônia</i>	1.78
<i>Peru</i>	1.55
<i>Rússia</i>	1.52
<i>Paquistão</i>	1.48
<i>Canadá</i>	1.47
<i>Japão</i>	1.42
<i>Índia</i>	1.39

Fonte: Imperial College, em 30 de abril de 2020

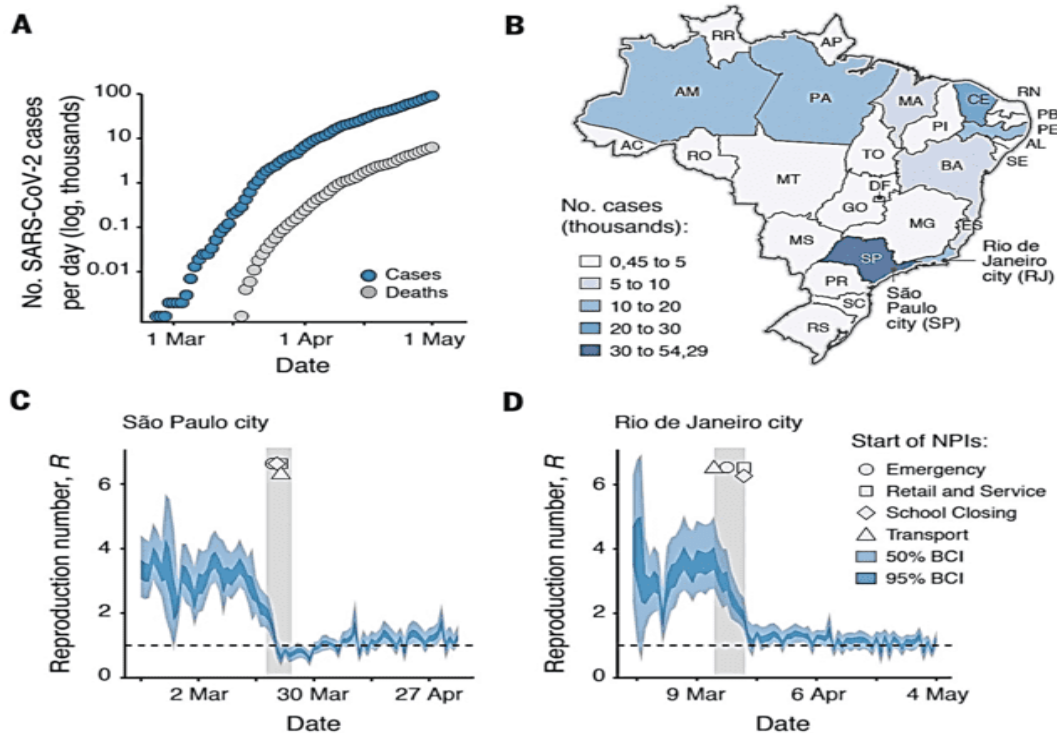
Partindo dos dados de Candido et al. (2020), pode-se notar a disseminação da epidemia no Brasil no período aqui analisado.

Esses dados ajudam a entender não apenas a disseminação, como também o momento em que há uma queda nos valores de contaminação e morte, após as medidas de

contenção denominadas intervenções não farmacológicas (INFs) de enfrentamento ao vírus. Vejamos:

Fig. 1

Epidemiologia do SARS-CoV-2 e disseminação da epidemia no Brasil



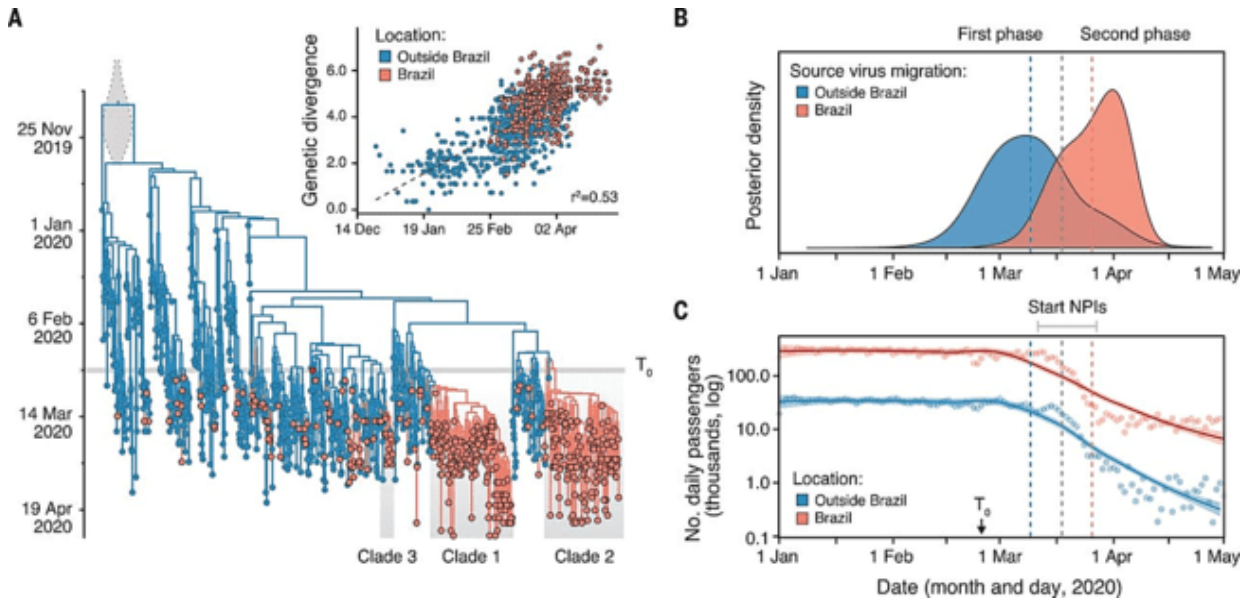
Fonte: Darlan S. Candido et al. (2020). Revista *Science*, vol. 369, Ed. 6508; 04 de setembro de 2020.

De acordo com os dados de Candido et al. (2020), apresentados na figura acima, podemos verificar que **(A)**, corresponde ao número cumulativo de casos notificados de SARS-CoV-2 (azul) e óbitos (cinza) no Brasil. Em **(B)**, os estados são coloridos de acordo com o número de casos confirmados cumulativos até 30 de abril de 2020. **(C e D)** R ao longo do tempo para as cidades de São Paulo (C) e Rio de Janeiro (D). Os valores de R foram estimados, segundo os autores, usando uma abordagem bayesiana que incorpora o número diário de mortes e quatro variáveis relacionadas aos dados de mobilidade (um índice de isolamento social da empresa de geolocalização brasileira *InLoco* e índices de mobilidade do Google para o tempo gasto em estações de trânsito, parques e a média entre mantimentos e farmácias, varejo e recreação e espaços de trabalho). Ainda de acordo com Candido et al. (2020), a linha horizontal tracejada indica $R = 1$. A área cinza e os símbolos geométricos mostram os tempos em que os INFs foram implementados. BCIs de 50 e 95% são mostrados como áreas sombreadas. Os códigos ISO 3166-1 de duas letras para as 27 unidades federais

no Brasil são fornecidos nos materiais suplementares, disponibilizados pelos autores. Para maiores detalhes, neste sentido, conferir Candido et al. (2020).

Fig. 2

Evolução e disseminação do SARS-CoV-2 no Brasil



Fonte: Darlan S. Candido et al. (2020). Revista *Science*, vol. 369, Ed. 6508; 04 de setembro de 2020.

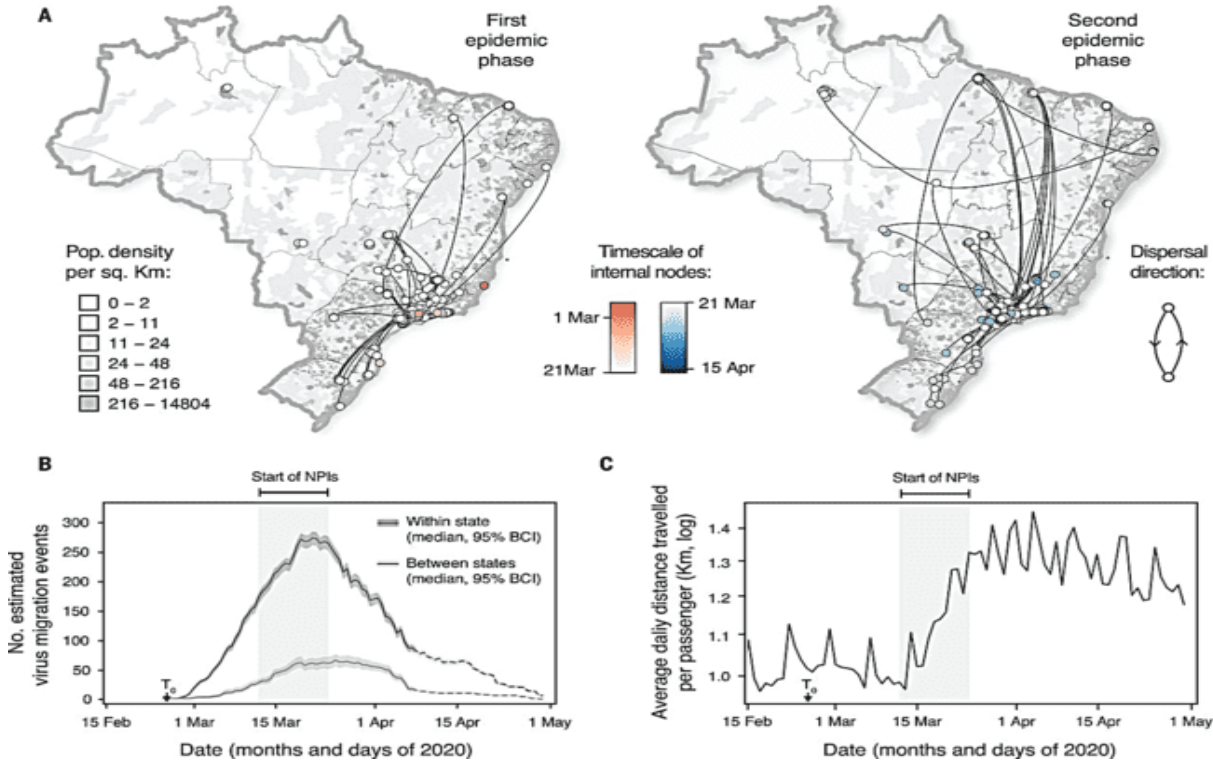
Os dados acima da figura 2 são descritos também em Candido et al. (2020 da seguinte maneira. Em **(A)** vê-se a Filogenia de credibilidade máxima de clado resolvida no tempo de 1182 sequências SARS-CoV-2, 490 das quais são do Brasil (salmão) e 692 de fora do Brasil (azul). Os maiores clados brasileiros são destacados por caixas cinzas (Clade 1, Clade 2 e Clade 3). A inserção mostra uma regressão raiz a ponta da divergência genética em relação às datas de coleta de amostra. A ponta vermelha corresponde ao primeiro caso relatado no Brasil. **(B)** Dinâmica dos eventos de importação de SARS-CoV-2 no Brasil. Datas de eventos de migração internacionais e nacionais (entre estados federais) foram estimadas, conforme análise e avaliação dos autores (op. cit.) a partir de genomas de vírus usando uma abordagem filogeográfica.

Candido et al. (2020) ressaltam que a primeira fase foi dominada por migrações de vírus de fora do Brasil, enquanto a segunda fase foi marcada pela disseminação do vírus dentro do Brasil. As linhas verticais tracejadas, de acordo com os estudos em tela, correspondem à estimativa posterior média para eventos de migração de fora do Brasil (azul) e dentro do Brasil (vermelho). Em **(C)** observa-se a suavização do gráfico de dispersão estimada localmente do número diário de passageiros aéreos internacionais (azul) e nacionais (vermelhos) no Brasil em

2020. T_0 , data do primeiro caso relatado no Brasil (25 de fevereiro de 2020). Para mais detalhes, conferir Candido et al. (2020).

Fig. 3

Dispersão de SARS-CoV-2 no Brasil



Fonte: Darlan S. Candido et al. (2020). Revista *Science*, vol. 369, Ed. 6508; 04 de setembro de 2020.

De acordo com os dados e a descrição da Fig. 3, realizados igualmente por Candido et al. (2020), em **(A)**, vê-se a reconstrução espaço-temporal da disseminação de agrupamentos SARS-CoV-2 brasileiros contendo mais de duas sequências durante a primeira (esquerda) e a segunda (direita) fase epidêmica (**Fig. 3B**). Podemos observar pelos mesmos dados que a curva se acentua precisamente no mês de março até o início de abril, justamente durante os períodos subsequentes às declarações e quando após as medidas de contenção denominadas intervenções não farmacológicas (INFs) de enfrentamento ao vírus são implementadas, os números começam a cair. Em **(B)**, é possível observar o número estimado de migrações de vírus dentro de um estado (ou dentro de uma determinada unidade federal) e entre estados (ou entre unidades federais) ao longo do tempo. **(C)** Distância média em quilômetros percorridos por um passageiro aéreo por dia no Brasil. O número de passageiros aéreos diários é mostrado na **Fig. 3B**. As caixas cinza claro indicam as datas de início dos INFs em todo o Brasil. Para maiores informações, veja Candido et al. (2020).

Para não ficarmos apenas na abstração sintética dos números, vejamos analiticamente como as Secretarias de Saúde dos estados, e mesmo o Ministério da Saúde, apresentam a

questão. As autoridades de saúde acompanhavam à época (**30 de abril**) ainda 43.544 casos de coronavírus, e investigava 1.539 mortes. Secretarias de Saúde dos estados **terminavam o mês com 87.187 pessoas diagnosticadas com a doença e o recorde de 6.006 óbitos decorrentes da Covid-19.**

Em **09 de maio 2020**, o Brasil superava a marca de **10 mil mortos decorrentes do novo coronavírus**. Naquele sábado, **10.627 pessoas morreram**, depois de registrados 730 óbitos em 24 horas, segundo dados do Ministério da Saúde.

No mesmo dia, o **Congresso Nacional** decretava **luto oficial de três dias** devido aos mais de **10 mil mortos pela Covid-19**. Em nota, presidentes da Câmara dos Deputados, **Rodrigo Maia**, e do Senado, **Davi Alcolumbre**, afirmavam que o Parlamento não estava indiferente à situação. Igualmente, o **Supremo Tribunal Federal** também decretava luto oficial de três dias. O então presidente da Corte, **Dias Toffoli**, pedia a união entre os poderes e ação coordenada amparada na ciência. O **Poder Executivo** não se manifestou. O Brasil registrava recorde também no **número de casos confirmados da doença: 10.611 diagnósticos**. Com esses dados, atualizava-se, então, para **155.939 casos confirmados do novo coronavírus**, no período considerado, conforme os dados do **Painel Coronavírus**, do Ministério da Saúde.

Cruzamento dos Dados

O levantamento, bem como o cruzamento dos dados, no período analisado, conforme mostrados abaixo, apontam para um forte crescimento dos casos e de mortes por COVID-19 no país, mais ou menos 15, 20 dias³⁸ após as declarações serem dadas, indicando, assim, uma forte relação do impacto das afirmações do presidente sobre o aumento no número de casos e mortes.

³⁸ Esse tempo foi levado em conta na pesquisa, considerando o período de incubação do vírus, antes de sua manifestação. E depois de sua manifestação, normalmente, os períodos de internação e complicação da doença. Daí o período entre 15 e 20 dias. De acordo com dados do Ministério da Saúde, “a transmissão ocorre, principalmente, de pessoa para pessoa e seu período de **incubação**, que é o **tempo** para que os primeiros sintomas apareçam, pode ser de 2 a 14 dias” (Biblioteca Virtual em Saúde, Ministério da Saúde, Brasil).

Tabela 2

Impacto das declarações do presidente nos casos e mortes por Covid-19

DATA	DECLARAÇÕES DO PRESIDENTE	OBS.	DATA	DADOS DE CONTAMINAÇÃO POR COVID-19	DADOS DE ÓBITOS POR COVID-19
09 de março	"Superdimensionado"	+/- 20 dias após	31 de março	5742	201
24 de março	"Gripezinha"	+/- 15 dias após	07 de abril	1796	124 135
	"Devemos, sim, voltar à normalidade"		08 de abril	2175	
	"Devemos abandonar o conceito de terra arrasada"				
29 de março	"Vamos todos morrer um dia"	+/- 15 dias após	15 de abril	3161	204
28 de abril	"E daí?"	15 dias após	13 de maio	11385	749

Fonte: Própria do autor.

Embora, obviamente, sozinha ela não seja a única variável considerada responsável pelo aumento de casos e de mortes no período estudado, é preciso, entretanto, sopesar sua expressiva força participativa neste conjunto, conforme já afirmamos anteriormente.

Discussão

Neste trabalho, fizemos primeiramente uma análise dos recortes discursivos da fala do Presidente da República. Nela, demonstramos a força não apenas argumentativa de seu discurso, mas sobretudo a força ilocucional de seus **atos de fala** direcionada aos brasileiros, bem como os efeitos dessas suas declarações, isto é, do **ato perlocucionário** sobre esses mesmos brasileiros, levando-os, segundo entendemos, a partir da leitura e análise que fizemos tanto dos dados linguístico-discursivos quanto dos epidemiológicos, a maximizar sua exposição ao vírus. A análise do discurso da fala do presidente demonstrou que todas suas intenções estavam ligadas: 1. a de convencer a população de que o poder do vírus não era tão potente como se dizia ser; 2. a de que o vírus poderia ser encarado pelos sujeitos, como ele por exemplo, supostamente de saúde mais preparada, apenas como uma simples gripe ou resfriado, 3. a de que a proteção da economia e dos empregos era mais importante que a proteção contra o vírus, criando, dessa forma, uma falsa dicotomia, entre a questão econômica de um lado, e a questão de saúde pública, de outro; 4. a de se colocar francamente contra as medidas de INFs, como as pausas sanitárias ou mesmo os *lockdowns*, implementados pelos prefeitos e governadores, inclusive, judicializando a questão; 5. a de que a morte é o fim certo

de todos, dando a entender que a luta contra o coronavírus é uma luta vã, e, por fim, 6. o descaso e a desfaçatez mediante a morte de milhares de brasileiros, naturalizando, com tal gesto, a catástrofe da pandemia entre nós. Todas as declarações do presidente foram entendidas neste estudo ao mesmo tempo como atos de fala, interações face a face, enunciações e discursos, dentro do campo político e, conforme demonstrado, apresentaram as finalidades específicas relacionadas ao seu contexto mais imediato de comunicação, tal como expressas em 1, 2, 3, 4, 5 e 6, mas também foram consideradas sob a perspectiva da enunciação e das nuances mais significativas do discurso, em que, conforme procurou-se demonstrar, a história e a ideologia entrelaçam no fio do discurso, o dito, e dele não se podem separar nem ser ignoradas. Ao contrário, devem ser somadas, uma vez que elas apontam, sobretudo, para as **intenções discursivas** maiores do enunciador/presidente, que, por sua vez, sustentaram a tese defendida no presente artigo, a de que o presidente *incentivou, isto é, influenciou parte da população à exposição ao vírus e, conseqüentemente, à infecção e ao desdobramento de um quadro grave da doença, que levou muitos fatalmente à morte.*

Neste contexto, a partir do cruzamento de dados disponíveis nos estudos de Camara et al. (2020), bem como os dados oficiais do Ministério da Saúde (Brasil 2021), foi possível verificar que as declarações do governante (**o discurso político**), em conjunto com suas atitudes, sustentando o discurso de negação e descaso com relação à crise e ao correto enfrentamento do vírus SARS-CoV-2, com base nas evidências científicas, contribuíram para a disseminação epidêmica do SARS-CoV-2 no Brasil, ainda que ela não seja a única, conforme já se ressaltou aqui mais de uma vez. Essa relação foi, basicamente, determinável a partir de quatro pontos de observações:

- 1º. verificação da acentuação da curva no número de casos e mortes no período;
- 2º. observação dos dados das declarações públicas do presidente, exatamente 15, 20 dias antes do aumento da curva;
- 3º. implementação dos INFs;
- 4º. verificação das quedas dos casos e das mortes, após a implementação dos INFs.

O resultado alcançado é que o *conjunto das atitudes e declarações do presidente está em paralelo com o aumento no número de casos e mortes durante o período observado*; mas, de modo contrário, após as implementações das medidas denominadas intervenções não farmacológicas (INFs) de enfrentamento ao vírus, observa-se a queda acentuada de casos e mortes no mesmo período observado. Para isso, basta verificar os números contidos em Candido et al. (2020) e disponibilizados pelo Ministério da Saúde (2020), em que nos baseamos para extrair os dados brutos apresentados no presente estudo. O que demonstra a forte relação entre os discursos do presidente e o aumento de casos, sendo a implementação,

o acatamento das medidas INFs e a diminuição de casos e mortes, uma espécie de controle das variáveis aqui apresentadas, ou, simplesmente, contraexemplo.

Observadas de uma perspectiva diacrônica, essas mesmas declarações do presidente, do 1º ao 6º recorte, seguem uma espécie de **gradação discursiva**: vai da mais, digamos, branda acusação de superdimensionamento dada à crise pela imprensa, até a mais forte das declarações, conquanto seja a mais curta: “E daí?!”, em que há uma mistura de descaso pela dor alheia, desfaçatez pela forma como é dada a resposta ao/ à jornalista, e cinismo levado ao extremo, ao perceber que a fala estava sendo gravada, quando o político procura, então, reformular o que havia dito, na tentativa de atenuar a própria insensatez diante da catastrófica situação de mortes no país. A **Teoria do Agir Comunicativo** de Habermas (2012) pode ser aqui evocada porque, conforme a entendemos, ela não isenta o sujeito falante de suas posições, ou de suas responsabilidades (ao contrário), que devem ser assumidas por ele, enquanto falante (através de seus discursos) e enquanto agente (mediante sua práxis no mundo): exigindo dele um comportamento **moral** individual racionalizado.

Considerações Finais

Finalmente, diante do percurso analítico aqui desenvolvido, é possível afirmar que tanto a fala como as atitudes do presidente vão na contramão do que se tem defendido, de forma razoável, não só pelo discurso mas pelas boas práticas científicas e pelas boas razões.

As razões – diz Habermas – certamente assumem *papéis pragmáticos* diversos, conforme o que se deve explicar com sua ajuda: ora um dissenso entre parceiros de um diálogo, ora o fracasso de uma intervenção. O falante que faz uma afirmação precisa dispor da “cobertura” de algumas boas razões para, em caso de necessidade, convencer seus interlocutores da verdade do enunciado e poder alcançar um comum acordo motivado racionalmente (Habermas, 2012, vol. 1, p. 37, nota 18).

O caso aqui em tela coloca-se como um típico exemplo contrário do que é defendido pelo filósofo alemão Jürgen Habermas na **Teoria do Agir Comunicativo**, como racionalidade da ação e racionalização social (Habermas 2012, vol. 1).³⁹ Nela o pensador alemão pondera que “por certo, asserções fundamentadas e ações eficientes são um sinal de racionalidade. **Denominamos racionais os sujeitos capazes de agir e falar que na medida do possível não se enganam quanto a fatos e relações entre meio e fim**” (Habermas 2012, vol. 1, p. 43,

³⁹ O conceito de *racionalidade comunicativa*, em Habermas (2012, vol. 1, p. 35-36), “traz consigo conotações que, no fundo, retrocedem à experiência central da força espontaneamente unitiva e geradora de consenso própria à fala argumentativa, em que diversos participantes superam suas concepções inicialmente subjetivas para então, graças à concordância de convicções racionalmente motivadas, assegurar-se ao mesmo tempo da unidade do mundo objetivo e da intersubjetividade de seu contexto vital.

sublinhamos). Ainda segundo Habermas, “assim como as ações comprovativas de fala, também as *ações reguladas por normas* e as *autorrepresentações expressivas* têm o caráter de exteriorizações sensatas e compreensíveis em seu contexto” (Habermas, 2012, vol. 1, p. 44).

Assim, de acordo com o filósofo alemão, “uma asserção pode ser designada racional somente quando o falante satisfaz a condição necessária para que se alcance o fim ilocucionário, qual seja chegar a um entendimento mútuo sobre alguma coisa do mundo com pelo menos mais de um participante da comunicação” (Habermas, 2012, vol. 1, p. 36-37). Por isso, “a ação orientada para um fim, por sua vez, só pode ser designada racional quando o ator satisfaz as condições necessárias para a realização da intenção de intervir no mundo de forma bem-sucedida, conclui Habermas (2012, vol. 1, p. 36-37). Definitivamente, não foram essas viabilidades as, então, presenciadas no contexto do discurso e da ação do presidente.

E naquele espaço de tempo, as mortes só aumentaram.

Referências

Amossy, R. (2005). Introdução: Da noção de retórica de *ethos* à análise do discurso. Em R. Amossy (Org.). *Imagens de si no discurso: A construção do ethos*, (pp. 9-28, D. F. Cruz et al, Trad.). Editores Contexto.

Arendt, H. (2007). *A condição humana*, (10ª ed., R. Raposo, Trad.). Forense Universitária.

Arendt, H. (2008). *Homens em tempos sombrios*, (D. Bottmann, Trad.). Cia das Letras.

Anscombre, J-C, & Ducrot, O. (1995). *L'argumentation dans la langue*, (3ème éd.). Pierre Mardaga.

Austin, J. L. (1990) *Quando dizer é fazer*, (D. M. Souza Filho, Trad.). Artes Médicas.

Authier-Revuz, J. (1998). *Palavras incertas: As não-coincidências do dizer*. Editora Unicamp.

Barbosa, J. (2005). Foco e tópico: Algumas questões terminológicas. Em G. M. Rio-Torto, O. M. Figueiredo & F. Silva, F. (Coords.). *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Mário Vilela*, (vol. I, pp. 301-438). Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Barrucho, L. (2020, 25 de março). *Coronavírus: O que diz a Ciência sobre 6 pontos do discurso de Bolsonaro*. BBC News Brasil em Londres.

Barthes, R. (2001). A Antiga Retórica. Em R. Barthes (Ed.). *A aventura semiológica*, (pp. 3-102, M. Laranjeira, Trad.). Martins Fontes.

BBC Brasil. (2020, 07 de julho). *Relembre frases de Bolsonaro sobre a covid-19*. <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53327880>

Bolinger, D. (1989). *Language, the loaded weapon: The use and abuse of language today*. Longman.

Brasil, Coronavírus Brasil. (2019). *Painel Coronavírus - Painel de casos de doença pelo coronavírus (Covid-19) no Brasil pelo Ministério da Saúde*. <https://covid.saude.gov.br/>

Brasil. Presidência da República. (2020). *Pronunciamento Oficial do Presidente da República de Jair Bolsonaro*, transmitido em Rede Nacional em 24 de março. https://www.youtube.com/watch?v=VI_DYb-XaAE

- Candido, D. S. et al. (2020). Evolution and epidemic spread of SARS-CoV-2 in Brazil. *Science*, 369(4), 1255-1260. [10.1126/science.abd2161](https://doi.org/10.1126/science.abd2161)
- Charaudeau, P. (2006). O discurso político. Em W. Emediato, I. L. Machado & W. Menezes (Orgs.). *Análise do discurso: Gêneros, comunicação e sociedade*, (pp. 251-268). UFMG.
- Charaudeau, P. (2009). *Discurso das mídias*, (1ª ed., Â. S. M. Corrêa, Trad.). Contexto.
- Creissels, D. (2004). Topicalisation et focalisation. In D. Creissels (Ed.). *Cours de syntaxe générale*, (pp. 1-16). Université Lyon 2.
- Ducrot, O. (1987). *O dizer e o dito*, (E. Guimarães, Rev. Téc. Trad.). Pontes Editores.
- Ducrot, O. (1989). Argumentação e 'Topoi' argumentativos. Em E. Guimarães (Org.) *História e sentido na linguagem*, (pp. 13-38). Pontes Editores.
- Ducrot, O., & Carel, M. (2008). Descrição argumentativa e descrição polifônica: O caso da negação. *Letras de hoje*, 43(1), 7-18.
- Firbas, J. (1992). *Functional sentence perspective in written and spoken communication*. Cambridge University Press.
- Goffman, E. (2011). *Ritual de interação: Ensaio sobre o comportamento face a face*, (F. R. R. Silva, Trad.). Editora Vozes.
- Gonçalves, C. A. (1998). Foco e topicalização: Delimitação e confronto de estruturas. *Revista de Estudos Linguístico*, 7(1), 31-50.
- Habermas, J. (2003). *Mudança estrutural da esfera pública: Investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*, (F. R. Kothe, Trad.). Tempo Brasileiro.
- Habermas, J. (2012). *Teoria do agir comunicativo: Racionalidade da ação e racionalização social*, (v. 1, P. A. Soethe, Trad., F. B. Siebeneichler, Rev. Téc.). WMF Marfins Fontes.
- Imperial College London. (2021, março). *Covid-19 Scenario Analysis Tool*. MRC Centre for Global Infectious Disease Analysis, Imperial College London. <https://mrc-ide.github.io/covid19-short-term-forecasts/index.html>
- Leandro, G. C. W. et al. (2020). Intervenções não farmacológicas como medidas de enfrentamento à pandemia de Covid-19 em municípios de fronteira. *Revista de Saúde Pública do Paraná*, 3(1), 66-275. <https://doi.org/10.32811/25954482-2020v3sup1p266>
- Madeiro, C. (2021, março). *Covid: Cidades em que Bolsonaro gerou aglomerações veem piora e até colapso*. Portal UOL. Notícias.
- Orlandi, E. P. (1987). *A linguagem e seu funcionamento: As formas do discurso*, (2ª ed. rev. aum.). Pontes Editores.
- Orlandi, E. P. (2007). *As formas do silêncio: No movimento dos sentidos*, (6ª ed.) Editora Unicamp.
- Pêcheux, M. (1999). Papel da Memória. Em P. Achard et al. (Org.). *Papel da Memória*, (pp. 49-57, J. H. Nunes, Trad.). Pontes Editores.
- Pêcheux, M. (2002). *O discurso: Estrutura ou acontecimento*, (3ª ed., E. P. Orlandi, Trad.). Pontes Editores.
- Pêcheux, M. (2014). *Semântica e discurso: Uma crítica à afirmação do óbvio*. Editora Unicamp.
- Pontes, E. (1987). *O Tópico no Português do Brasil*. Pontes Editores.
- Rosa, M. M. (1992). *Marcadores de atenuação*. Editora Contexto.

Searle, J. R. (1981). *Os actos de fala*. Livraria Almedina.

Tortamano, C. (2019, 29 de novembro). Terra Arrasada: Quando desistir é a melhor opção. Em *Aventuras na História, Curiosidades: Guerras*. Portal UOL.

van Dijk, T. A. (2001). Critical Discourse Analysis. Em D. Schiffrin, D. Tannen & H. Hamilton (Eds.). *The handbook of discourse analysis*, (pp. 352-371). Blackwell.

van Dijk, T. A. (2020). *Discurso e poder*, (2ª ed., J. Hoffnagel et al., Trad.). Editora Contexto.

van Dijk, T. A. (2017). *Discurso e contexto: Uma abordagem sociocognitiva*, (R. Ilari, Trad.). Editora Contexto.